

CNPJ 92.863.505/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, É com satisfação que apresentamos as demonstra- possam viver bem o presente e planejar o futuro com segurança. A Comparelatório dos auditores independentes da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia"). O Mercado Segurador: O segmento de pessoas coletivo em 2018 apresentou em prêmios de seguros um total de R\$ 28,5 bilhões, uma alta de 9,0% em comparação a 2017, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A sinistralidade do segmento de seguros de pessoas coletivo em 2018 foi de 29,1%, uma pequena queda em relação a 2017 que foi de 30,0%. A despesa de comercialização do mercado de seguros de pessoas coletivo foi de 33,6% em 2018, uma pequena alta em relação a 2017 que foi de 32.9%. Cenário Econômico: O ano de 2018 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. O PIB teve alta de 1,3% no ano pouco abaixo das expectativas iniciais do governo. O ambiente político com a renovação dos governos, trouxe uma melhor expectativa ao futuro cenário político e econômico. O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fechou o ano em 3,75%, abaixo do teto estipulado pelo governo. O desemprego teve uma redução no final de 2018, atingindo 11.6% da população econômica ativa, com cerca de 12,2 milhões de brasileiros. A taxa de juros fechou o ano de 2018 em 6,42%. Desempenho Econômico-Financeiro: O segmento de pessoas da Companhia encerrou o ano de 2018 com R\$ 540,6 milhões em prêmios emitidos, um crescimento de 7,6% em relação a 2017. A Companhia fez fortes atuações na retenção de clientes, buscando a redução dos níveis de cancelamento e buscou o crescimento de sua carteira através de novas parcerias, em linha com a estratégia da empresa. Os sinistros ocorridos totalizaram em 2018 R\$ 259.2 milhões (R\$ 228.4 milhões em 2017) e índice de sinistralidade de 47,4% (44,8% em 2017). As rendas de contribuições e prêmios de previdência totalizaram R\$ 133,5 milhões, um aumento de 16,5% em relação a 2017. As despesas administrativas totalizaram em 2018 R\$ 137.1 milhões (R\$ 117,9 milhões em 2017), um aumento de 16,3% em relação a 2017. A Companhia atua fortemente no controle de suas despesas administrativas, para garantir o retorno mínimo definido em orcamento e nas acões de planejamento estratégico da Companhia. Em 2018, a Companhia fez grandes desenvolvimentos em projetos estratégicos e estruturantes que acarretaram em aumento de despesas. O resultado financeiro alcancou R\$ 14,6 milhões em 2018 (R\$ 32,0 milhões em 2017). A queda do resultado financeiro se deve a redução da taxa de juros e reflexo de marcação a mercado de títulos privados. O lucro líquido da Companhia em 2018 foi de R\$ 146,3 milhões (R\$ 124,1 milhões em 2017), um aumento de 17,8%, já considerando o resultado por equivalência patrimonial de suas controladas e com um ROAE (Return on Average Equity) de 13,6%. Os ativos totalizaram em 2018 R\$ 2.389,7 milhões no primeiro semestre de 2018, o que representou um crescimento de 8,6% em relação a 2017. Sustentabilidade: A Companhia é a seguradora do Sistema Unimed, o maior sistema cooperativista do mundo. Criada por médicos, tendo o cooperativismo na essên-

cões financeiras individuais do exercício de 31 de dezembro de 2018 e o 🛮 nhia entende a importância do contexto interno e externo em suas operações, seus compromissos de sustentabilidade são embasados num modelo de gestão orientado pelos princípios para sustentabilidade em seguros (PSI - Principles for sustainable insurance), direcionado pelos quatro princípios para sustentabilidade em seguros: (i) Negócios de seguros; (ii) clientes e parceiros comerciais; (iii) governo e órgãos reguladores; e (iv) relatórios e comunicação. Tais princípios são desdobrados, em projetos e ações que permeiam as realizações da Companhia. Além disso, visando expandir seu impacto positivo na sociedade, investe em ações sociais focadas em qualidade de vida, como incentivo ao esporte e à cultura, e na proteção dos recursos naturais por meio do uso consciente em suas operações. Essas iniciativas são incentivadas pela área de Sustentabilidade, definida como uma área de apoio, permeando toda a organização. É importante ressaltar que mesmo não apresentando impactos ambientais significativos, a Companhia desenvolveu programas e campanhas socioambientais com o objetivo de incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis com seu público interno e nas comunidades com as quais se relaciona, visando a proteção dos recursos naturais por meio do uso consciente em suas operações. Projeto Reciclo: Criado em 2010 pela Companhia, o "Projeto Reciclo" incentiva o descarte correto das carteirinhas de seguro saúde vencidas, pois são desenvolvidas com material 100% reciclável. A ação consiste na instalação de máquinas "papa cartão", para que o usuário corte o cartão, transformando esse resíduo em brindes reciclados, mais de 2,5 milhões de cartões foram reciclados. Investimento Social: As ações são coordenadas pela área de Sustentabilidade e contam com o apoio e a participação voluntária dos colaboradores de várias áreas da Companhia. O objetivo é atender comunidades por meio de ações voltadas à área da saúde e assistindo idosos, moradores de rua, crianças, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, bem como ações relacionadas às questões de comportamento, qualidade de vida e meio ambiente. Em 2018, aproximadamen te 3.412 beneficiados entre adultos e crianças. Site Sustentabilidade: O relatório de sustentabilidade é o principal canal de divulgação dos avanços da Companhia relacionados a aspectos sociais, ambientais e de governança (ASG), além de fornecer informações econômicas da empresa. O relatório é elaborado segundo as orientações do GRI (Global Reporting Initiative). O método é utilizado desde 2010 e um de seus pontos fortes é permitir a comparação de iniciativas de sustentabilidade entre empresas e, assim, reforçar a transparência. Acompanhando as tendências na prática de se reportar, desde 2014, a Companhia utiliza o modelo de relato GRI G4, e desde 2017 o modelo Essencial, disponível em nosso site http://sustentabilidade.segurosunimed.com.br. Prêmios e Reconhecimentos: Os rankings que avaliam o setor confirmam a solidez, a sustentabilidade e a confiança na marca Seguros Unimed, no último ano: A Companhia foi destague no ranking Finanças Mais 2018, divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo. cia, gera valor social no cuidado das instituições e das pessoas, para que 🛭 Ficamos na 9ª posição no ranking de vida e previdência. A Companhia apa

rece na 17ª posição no ranking da Valor 1000, no segmento de vida e previdência, com destaque para: 7º lugar: para as companhia que mais cresce ram em aplicações financeiras; 8º lugar: patrimônio líquido; e 9º lugar: lucro líquido. No ranking das Maiores e Melhores (Revista Exame) a Compa nhia ocupa a 45ª posição em prêmios emitidos líquidos. No ranking As Me-Ihores da Dinheiro da Revista Isto É Dinheiro, a Companhia ocupa o 2º lugar entre as melhores seguradoras na categoria de Vida e Previdência Além disso, conseguiu outras prêmios como: 1º lugar em governança corporativa; 3º lugar em sustentabilidade financeira; e 5º lugar em inovação e qualidade. No ranking da Época Negócios 360° da Revista Época, a Companhia está entre as cinco melhores seguradoras do país, sendo a melhor entre as seguradoras independentes - não ligadas a banco. A Companhia também figura na lista das 30 maiores seguradoras em prêmios emitidos líquidos, em suas operações de vida e previdência. Está entre as 100 melhores empresas brasileiras em desempenho e gestão, considerando todas as dimensões e os 27 setores da economia avaliados. No ranking das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar da Revista Você S/A, a Companhia integra pela 6ª vez, ocupando o 133º lugar no anuário de 2018, sendo avaliada na categoria "Cooperativa Financeira". Na premiação do Selo de Governança e Sustentabilidade da Unimed do Brasil a Companhia conseguiu o nível Ouro, sendo avaliada nas seguintes dimensões: (i) órgãos sociais; (ii) gestão organizacional; (iii) ferramentas e soluções para o sistema Unimed; (iv) cooperados; (v) colaboradores; (vi) beneficiários; (vii) sociedade; e (viii) meio ambiente. Eventos Societários: Em fevereiro de 2018, a Companhia realizou aporte de capital em sua controlada. Unimed Seguros Patrimoniais, no montante de R\$ 50,0 milhões (vide nota 11). Em outubro de 2018, através de um novo investimento, a Companhia fez o lançamento de uma gestora de recursos, a InvestCoop Asset Management Ltda., com um total de investimento de R\$ 2,0 milhões. Capital Social: O patrimônio íquido da Companhia alcançou R\$1,2 bilhão em 2018, representado por 5.230.794.392 ações. Declaração de Capacidade Financeira: A Adminis tração da Companhia declara ter capacidade financeira e intenção de man ter as aplicações classificadas na categoria "mantidos até o vencimento" até a data final de resgate. Remuneração aos Acionistas e Reinvestimento de Lucros: Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabe lecido no Estatuto Social, sendo o saldo restante transferido para as reser vas de lucros para capitalização da Companhia. Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019 A Administração

DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

BALAN	ÇOS P/	TRIMON	IAIS EM 3 (Em milha	
	Notas	2018	2017	1
Ativo				IР
Circulante		1.409.057	1.125.340	C
Disponível			9.939	C
Caixa e bancos		11.219		
Aplicações	5	1.330.710	1.061.963	
Créditos das operações com seguros				
e resseguros	6	27.741	22.809	
Prêmios a receber	7	23.634	19.920	
Operações com seguradoras	6	1.525	1.478	
Operações com resseguradoras	6	2.582	1.411	
Créditos das operações com previdência				
complementar		1.951	1.521	(
Valores a receber		1.951	1.521	(
Outros créditos operacionais		70	114	(
Ativos de resseguro	8	2.395	884	
Títulos e créditos a receber		33.421	26.179	
Títulos e créditos a receber		14.792	11.809	(
Créditos tributários e previdenciários	9	11.920	9.138	(
Outros créditos	10	6.709	5.232	
Outros valores e bens		215	227	P
Outros valores		215	227	
Despesas antecipadas		194		'
Custos de aquisição diferidos	11	1.141	1.209	P
Seguros		1.123		
Previdência		18		
Ativo não circulante			<u>1.075.697</u>	
Realizável a longo prazo		350.862	364.432	
Aplicações	5	243.479	271.648	P
Ativos de resseguro	8	712		P
Títulos e créditos a receber		<u>106.358</u>		
Créditos tributários e previdenciários	9	34.029		'
Depósitos judiciais e fiscais	20a			
Empréstimos e depósitos compulsórios		4	-	
Custos de aquisição diferidos	11	309		
Seguros		309		
Investimentos		<u>828.451</u>		
Participações societárias	12			C
Imóveis destinados a renda		250		
Outros investimentos		13		P
Imobilizado	13a			'
Imóveis de uso próprio		20.846		1
Bens móveis		5.551		
Outras imobilizações		62		
Intangível	13b			1
Outros intangíveis		7.965	10.994	

As notas explica

es de reais)			
	Notas	2018	2017
Passivo			
Circulante		288.520	269.860
Contas a pagar		25.021	19.033
Obrigações a pagar	14	12.464	6.798
Impostos e encargos sociais a recolher		4.137	4.632
Encargos trabalhistas	15	7.251	6.079
Empréstimos e financiamentos		_	70
Impostos e contribuições	16	1.169	1.454
Débitos de operações com seguros			
e resseguros		14.333	11.624
Prêmios a restituir		2.412	1.925
Operações com seguradoras		_	284
Operações com resseguradoras	17a	3.425	3.136
Corretores de seguros e resseguros	17b	8.496	6.279
Débitos de operações com previdência			
complementar		181	82
Contribuições a restituir		1	16
Outros débitos operacionais		180	66
Depósitos de terceiros	18	7.673	6.380
Provisões técnicas - seguros		109.063	101.018
Pessoas	19a	97.958	89.950
Vida com cobertura por sobrevivência	19c	11.105	11.068
Provisões técnicas - previdência			
complementar	19c	132.249	131.723
Planos bloqueados		123	288
Planos não bloqueados		29.033	28.538
PGBL		103.093	
Passivo não circulante		1.173.227	942.598
Provisões técnicas - seguros		211.456	
Pessoas	19a	26.155	24.559
Vida com cobertura de sobrevivência	19c	185.301	107.811
Provisões técnicas - previdência	130	105.501	107.011
complementar	19c	861.014	714.373
Planos bloqueados	130	178	183
Planos não bloqueados		88.268	84.865
PGBL		772.568	629.325
Outros débitos	20		
	20		
Provisões judiciais	0.4	100.757	95.855
Patrimônio líquido		1.161.047	
Capital social	21a	519.714	469.759
Aumento de capital (em aprovação)		50.000	49.955
Reservas de capital		874	874
Reservas de lucros		588.653	467.357
Ajuste de avaliação patrimonial		1.807	635
(–) Ações em tesouraria		(1)	(1)
Total do passivo e do patrimônio líquido	,	2.622.794	<u>2.201.037</u>
das demonstrações financeiras individuais.			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

2.622.794 2.201.037

		,	marco de re		D	- d- lu-u	A !		$\overline{}$
		Aumento de			_ Heserva	s de lucros	Ajustes	Lucron	
			A a ã a a a m	Dagariraa	Dagarira		com títulos	Lucros	
	Capital social	capital (em aprovação)					e valores mobiliários	acumu- lados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	429.759	40.000	(1)	873		338.067	(4.171)	iauos	840.768
Integralização de aumento de capital	429.759	40.000		6/3	30.241	330.007	(4.171)		040.766
conforme Portaria SUSEP 299 de 30/03/2017	40.000	(40.000)							
Aumento de capital em aprovação	40.000	(40.000)	_	_	_	_	_	_	_
conforme Ata de 20/12/2017		49.955		4					49.956
Transação com sócios na aquisição	_	49.955	_	'	_	_	_	_	49.936
						(0.005)			(0.005)
de investimentos (nota 11) Ajustes com títulos e valores mobiliários	_	_	_	_	_	(9.095)	4.806	_	(9.095) 4.806
Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	_	_	4.806	124.144	124.144
	_	_	_	_	_	_	_	124.144	124.144
Proposta para distribuição do resultado:					6.207			(6.007)	
Reserva legal	_	_	_	_	0.207	05.007	_	(6.207)	-
Reserva de investimento e capital de giro	_	_	_	_	_	95.937	_	(95.937)	(00,000)
Juros sobre capital próprio - AGE 17/11/2017	400 750	40.055				404.000		(22.000)	(22.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>469.759</u>	49.955	(1)	<u>874</u>	42.448	424.909	635		988.579
Integralização de aumento de capital conforme Portaria SUSEP 849 de 11/04/2018	40.055	(40.055)							
	49.955	(49.955)	_	_	_	_	_	_	-
Aumento de capital em aprovação conforme		50,000							50,000
Ata nº 09/2018 - 19/12/2018	_	50.000	_	_	_	_	- 4 4 7 0	_	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	_	_	_	_	_	_	1.172	1 40 000	1.172
Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	_	_	_	146.296	146.296
Proposta para distribuição do resultado:								(= 0.45)	
Reserva legal	-	_	_	_	7.315		_	(7.315)	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	_	_	_	_	113.981	_	(113.981)	
Juros sobre capital próprio - AGE 14/11/2018			.					(25.000)	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	519.714	50.000	(1)	874		538.890	1.807		<u>1.161.047</u>
As notas explic	cativas são	parte integra	ante das der	nonstraçõe	s financei	as individuai	S.		J

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o l	lucro lí	quido por lote d	e mil ações)
	Notas	2018	2017
(+) Prêmios emitidos	23a	540.630	502.347
(+) Contribuições para cobertura de	riscos	6.153	7.777
(-) Variação das provisões técnicas			
de prêmios		(373)	(302)
(=) Prêmios ganhos		546.410	509.822
(-) Sinistros ocorridos	23b	(259.216)	(228.419)
(–) Custos de aquisição	23c	(105.709)	(96.342)
(+/-) Outras receitas e			
despesas operacionais	23d	853	(2.219)
(+) Resultado com operações	00-	(0.004)	(0.070)
de resseguro	23e		(8.678)
(+) Receita com resseguro		7.652	1.688
(-) Despesa com resseguro		(10.313)	(10.366)
(+) Rendas de contribuições e prêmic	os	133.530	114.640
(–) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(132.635)	(113.888)
(=) Receitas de contribuições		(102.000)	(110.000)
e prêmios de VGBL		895	752
(+) Rendas com taxa de gestão			
e outras taxas		13.736	8.811
(-) Variação de outras provisões técr	nicas	1.394	(3.803)
(–) Custos de aquisição		(6.384)	(4.016)
(+) Outras receitas e despesas			
operacionais		1.389	1.522
(+) Resultado com operações			
de resseguro	23e		(4)
(+) Receita com resseguro		403	_
(-) Despesa com resseguro	001	(977)	(4)
(-) Despesas administrativas	23f	(137.069)	(117.891)
(-) Despesas com tributos	23g	(18.714)	(14.575)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas			
e impostos		34.350	44.960
(+) Resultado financeiro	23h	14.587	32.045
(+) Resultado patrimonial	23i		79.342
(=) Resultado operacional		160.874	156.347
(+) Ganhos com ativos			
não correntes		89	_
(=) Resultado antes dos			
impostos e participações		160.963	156.347
(–) Imposto de renda	24a	(5.008)	(13.760)
(–) Contribuição social	24a	(4.385)	(14.694)
(–) Participações sobre o lucro		(5.274)	(3.749)
(=) Lucro líquido do exercício		146.296	124.144
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		121.221	102.866
Acionistas não controladores		25.075	21.278
Quantidade de ações	21a		5.003.523.422
Lucro líquido por lote de mil ações	~	27,97	24,81

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

(Emmares de reals)							
	2018	2017					
Lucro líquido do exercício	146.296	<u>124.144</u>					
Ajustes com títulos e valores mobiliários	1.172	4.806					
Variação do valor justo de ativos financeiros							
disponíveis para venda	1.817	4.012					
Variação do valor justo de ativos financeiros							
disponíveis para venda - Controladas	173	2.599					
Imposto de renda e contribuição social sobre							
os resultados abrangentes	(818)	(1.805)					
Resultado abrangente do exercício,							
líquido de impostos	147.468	128.950					
Resultado atribuído aos:							
Acionistas controladores	122.192	106.848					
Acionistas não controladores	25.276	22.102					
	As notas explicativas são parte integrante						
das demonstrações financeiras indiv	iduais.	-					



Total do ativo



CNPJ 92.863.505/0001-06

→
☆ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018 46.296 5.362)	2017 124.144	Deside a section of the section of t	2018	2017
		124.144		00 110	
	5 362)		Provisões técnicas - seguros e resseguros	83.110	5.221
		<u>(75.767)</u>	Provisões técnicas - previdência complementar	147.167	166.716
Depreciação e amortizações	5.263	5.159	Provisões judiciais	4.902	10.443
Redução do valor recuperável de prêmios			Caixa gerado/(consumido) pelas operações	2.277	(36.641)
e cosseguro	(812)	74	Recebimento de dividendos	7.388	_
	1.771)	(79.172)	Impostos e contribuições pagos	21.904	26.513
Despesas antecipadas	301	(80)	Caixa líquido gerado/(consumido)	-	
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(104)	(10)	nas atividades operacionais	31.569	(10.128)
Diferimento das provisões técnicas	4.021	145	Atividades de investimento		
Diferimento dos ativos de resseguro	(82)	(53)	Aquisição de imobilizado	(3.309)	(1.265)
	2.241)	(1.827)	Alienação de imobilizado	(0.000)	29
Outros ajustes	63	(3)	Aumento de capital em controlada	(50.000)	
	8.657)	(85.018)	Aquisição de investimento	(1.980)	(18.495)
	9.406)	(244.283)	Caixa líquido (consumido) nas atividades	(1.900)	(10.433)
	4.120)	(2.891)	de investimento	(55.289)	(19.731)
Créditos das operações de previdência			Atividades de financiamento	(33.209)	(19.731)
complementar	(430)	(432)		50.000	40.055
Ativos de resseguro (1	1.798)	1.793	Aumento de capital		49.955
Depósitos judiciais e fiscais (4	4.595)	(3.340)	Pagamento de juros sobre capital próprio	(25.000)	(22.000)
Custos de aquisição diferidos	(4)	_	Caixa líquido gerado nas atividades		
Outros ativos	1.670)	5.570	de financiamento	25.000	<u>27.955</u>
Impostos e contribuições (2)	2.187)	(28.844)	Aumento/(redução) líquida de caixa		
Outras contas a pagar	6.273	(146)	e equivalentes de caixa	1.280	(1.904)
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.709	2.049	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.939	11.843
Débitos de operações com previdência			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.219	9.939
complementar	99	(1)	Aumento/(redução) líquido de caixa		
Depósitos de terceiros	1.293	3.127	e equivalente de caixa	1.280	(1.904)
	ão parte	integrante	das demonstrações financeiras individuais.		, , ,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Unimed Seguradora S.A. (doravante denominada "Companhia") é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 366 - São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 1990 e oferece produtos nos ramos de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais, planos de benefícios de previdência privada aberta, Planos Geradores de Benefícios Livres (PGBL) e seguro de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) para clientes pessoas físicas, jurídicas e entidades governamentais em todo território nacional. A Unimed Participações S.A. é controladora da Unimed Seguradora S.A., com participação de 82,86424% no capital social em 31 de dezembro de 2018. A Unimed Participações S.A. faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, suas federações, confederação nacional e empresas associadas, cujos acionistas estão diluídos em 225 cotistas em 31 de dezembro de 2018. A Companhia atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas parcela substancial de suas operações. A Companhia compartilha com suas controladas, certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. b. Controladas relevantes: A Unimed Seguradora S.A. é controladora do Grupo Seguros Unimed, composto pelas empresas:

posto polas empresas.		
	<u>Participação</u>	acionária
Controladas relevantes	2018	2017
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Seguros Saúde S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Saude e Odonto S.A.(*)	19,40%	48,50%
InvestCoop Asset Management Ltda	99.00%	_

(*) A Unimed Saúde e Odonto é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora, S.A.

de S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora. S.A. c. Base para preparação: Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. d. Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando, portanto as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. e. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com excecão dos sequintes itens no balanco patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP, f. Moedas funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto guando indicado de outra forma. g. Utilização de estimativas e julgamento: A preparação de demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas referendadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As Notas Explicativas nºs: 3h - Classificação dos contratos de seguro e de investimentos, 5 - Aplicações, 9 - Créditos tributários e previdenciários, 10 - Custos de aquisição diferidos, 17 - Provisões técnicas de seguros e previdência complementar e 18 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. h. Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia. A classificação dos passivos entre circulante e não circulante segue os seguintes critérios: • A provisão de benefícios a conceder seque a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. • A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefícios aos assistidos. • As demais provisões visam a cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano. i. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se: (i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: O

para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). (ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os estudos relacionados ao IFRS 16, inicialmente elaborados pela Companhia não indicaram ajustes significativos . O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). (iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros: A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. a. Caixa e equivalentes de caixa: Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudanca do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. b. Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) empréstimos e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o acumulado e os juros são transferidos para o resultado. (iv) Determinação do valor justo: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ativos financeiros classificados como quotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) são precificados de acordo com o manual de marcação a mercado e a outra parte do caixa de acordo com o valor da cota determinado pelo seu custodiante. A avaliação desse ativo (FIP) é realizada trimestralmente pelo administrador do Fundo, que no caso, é o Banco Votorantim Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), e é baseada no conceito de valor justo de mercado, que corresponde ao preço possível de se obter em uma negociação de mercado. Na metodologia de avaliação, foi adotado o Income Approach (Método da Lucratividade), baseado no enfoque do Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). (v) Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Prêmios a receber". c. Instrumentos financeiros derivativos: Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria "Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado". d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Um ativo tem perda no

perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidên cia objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) per deram valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento po parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em pro-cesso de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. e. Investimentos: (i) Propriedade para investimentos (imóveis destinados a renda): São registrados nessas rubricas os ativos imopiliários (prédios e terrenos), que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são avaliados ao custo de aquisição. As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método line ar, e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. *(ii) Participações* societárias: Os investimentos referem-se a participações em controladas e coligadas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial f. Ativo imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóeis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O *software* comprado que seja par te integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresenta do a seguir: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Imóveis em uso: 50 anos; • Ou tros: 5 a 10 anos. g. Ativos intangíveis: Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a inten ção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licencas de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri -los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alte rações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para impairment, caso haia indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhe cidos como despesa, conforme incorridos. h. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos: Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguros", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die.* Os custos de agenciamento são regis trados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices. Os prêmios e as contribuições aportados pelos participantes (VGBL e PGBL), líquidos da taxa de carregamento acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recur sos em fundos de investimentos exclusivos nos termos da legislação vi gente, são creditados às provisões matemáticas dos participantes. As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. i. Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento do prêmio é de 17 dias. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as ressegurado ras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos ressegura dores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigen tes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. j. Custos de aquisição diferidos: Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência de certificado/apólice. k. Provisões técnicas de seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: Seguros de pessoas: A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada pro rata die, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência O cálculo é individual por apólice/certificado ou endosso dos contratos. A rovisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia cuia apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 12 meses. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficiente mente avisados - Incurred But Not Enough Reported (IBNER), calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros. A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada conforme nota técnica atuarial, tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de run-ofi para o período de 36 meses. A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR-Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados. Previdência complementar: As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), relacionadas aos planos de previdência complementar tradicional, correspondem ao montante de recursos aportados pelos participantes do plano



CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de



CNPJ 92.863.505/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

rentabilizados respeitando as garantias mínimas contratuais, líquidos de carregamento, quando for o caso, consti- contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data das tuídos durante o período de diferimento para os planos estruturados nos regimes financeiros de capitalização. As demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder vinculadas a planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL) representam o montante dos prêmios e das contribuições aportados pelos participantes, líguidos de carregamento, acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimentos exclusivos nos termos da legislação vigente. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é o valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados dos participantes em gozo de benefícios. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por certificado ou endosso dos contratos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão, em bases retrospectivas, no período de seis meses. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrange tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro quanto àquelas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Excedente Financeiro (PEF), corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassando-o aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro. I. Teste de Adequação dos Passivos (TAP): Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras individuais as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro e previdência. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinÍstros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização. Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares. Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, foram utilizadas como premissas técnicas a tábua BR-EMS como experiência de mortalidade/sobrevivência, sinistralidade de 47,19% e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segmentação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado. Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir: • Previdência (Produtos Tradicionais, PGBL e VGBL em diferimento); • Previdência (Produtos Tradicionais, PGBL e VGBL em pagamento); • Previdência (Coberturas de Risco); • Seguros de Pessoas (Auxílio-funeral, Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida, Prestamista Rural, Viagem e Prestamista Imobiliário, Desemprego/Perda de Renda e Eventos Aleatórios (SERIT)). Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o resultado do teste de adequação indicou uma necessidade no segmento de planos de previdência tradicionais de R\$ 35.479 milhões, sendo contabilizada pela parcela da mais valia dos ativos, correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente na categoria "Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento" no montante de R\$ 18.975 milhões. Em decorrência, a Companhia registrou, o montante remanescente de R\$ 16.504 milhões na Provisão Complementar de Cobertura (PCP). O resultado do teste de adequação de passivos, para os demais segmentos, não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. m. Benefícios aos empregados: (i) Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *(ii) Planos de* contribuição definida: A Companhia oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida. A Companhia também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Companhia para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. n. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes: A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável". Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **o. Distribuição de divi**dendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia. **p. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para impostos de renda do exercício e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20% e diferido à alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensa dos caso haia um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e seiam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base íquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de se para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a guro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo regulamentar. q. Lucro íquido por ação: O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao proces so de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Unimed Seguradora S.Á., no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Com o objetivo de zelar pela transparência nas atividades, bem como nos relacionamentos da organização, os Comitês de Assessoramento da Companhia contam também com a participação periódica do presidente e do vice-presidente do Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A. Comitê de Governança, Riscos e Compliance: O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório. Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que se reporta ao Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A. Tem como objetivo fornecer suporte à Administração, voltado à transparência dos negócios aos acionistas. Comitê de Investimentos: O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretivas que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia. Comitê de Produtos e Clientes: O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabe lecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de acões, em relação aos índices e motivos de reclamações. Comitê de Conduta Ética: Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia. Gestão de Capital: A estrutura de gerenciamento de capital da Unimed Seguradora S.A. é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a qual estabelece papéis e responsa bilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. As Diretorias Financeira, Técnica e Atuarial são responsáveis pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocacão de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguradora S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para supor tar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. O capital necessário para suportar riscos está de monstrado na Nota Explicativa nº 21.e. a. Risco de subscrição: O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é o de a frequência e/ou severidade de sinistros/benefícios ser maior do que o estimado. Para itigar riscos significativos e riscos catastróficos, a Companhia mantém contratos de resseguro para sua carteira E para a gestão e mitigação dos riscos das provisões são adotados os seguintes procedimentos: Testes de constência das metodologias de constituição das provisões - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Análise de sensibilidade (Seguros de Pessoas): O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros. • Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR. • Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar. Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator Impacto no resultado e patrimônio líquido

2018 2017 Bruto de Líquido de Bruto de Líquido de resseguro resseguro resseguro resseguro Aumento de 5% na sinistralidade (14.869)Diminuição de 5% na sinistralidade (14.582)(13.811)(13.528)Análise de sensibilidade (Planos de Previdência): Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vincula

dos à formação do passivo (provisões técnicas) das operações. O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases de dados, metodologias e premissas do TAP. A hipótese de saída reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada. Para essa hipótese foi utilizada redução de 5% na taxa de saída. A ETTJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada Ultimate Forward Rate (UFR) aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas; sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos. Nesse parâmetro de sensibilidade, consideramos redução de 100 pontos base na ETTJ. Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e

pose	SIVEI CIII	ape	ilas u		artico fator.
	Planos	em	fase	de	diferimento

		i iuiioo oiii iuoo	ac anomicino				
		2018	2017				
	Variação	Impacto no resultado e	Variação	Variação Impacto no resultado e			
<u>Premissas</u>	em Provisões	patrimônio líquido	em provisões	patrimônio líquido			
Taxa de Saída (aumento 5%)	1.313	722	235	129			
ETTJ (aumento de 1%)	1.480 814		9.235	5.079			
		Planos em fase de cor	cessão de benefícios				
		2018		2017			
	Variação em	Impacto no resultado e	Variação	Impacto no resultado e			
<u>Premissas</u>	<u>Provisões</u>	patrimônio líquido	em provisões	patrimônio líquido			
ETTJ (aumento de 1%)	(137)	(75)	1.983	1.091			

Sinistros brutos de resseguro

Sinistros brutos de resseguio											
	Até 2009	2010	2011	2012	<u>2013</u>	2014	<u>2015</u>	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	169.282	188.804	210.517	210.308	243.808	243.808
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	176.686	198.089	216.979	215.196	_	215.196
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	179.251	199.603	218.581	_	_	218.581
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	180.341	200.446	_	_	_	200.446
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	181.053	_	_	_	_	181.053
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	_	_	_	_	_	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	_	_	_	_	_	_	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	_	_	_	_	_	_	_	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	_	_	_	_	_	_	_	_	117.234
9 anos após o aviso	432.962	_	_	_	_	_	_	_	_	_	432.962
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	<u>156.759</u>	161.022	<u>181.053</u>	200.446	218.581	<u>215.196</u>	243.808	2.057.728
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	<u>(11.771)</u>	(11.642)	(8.064)	(4.888)		<u>(72.662)</u>
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	<u>116.504</u>	128.442	<u>155.735</u>	<u>159.589</u>	178.936	197.443	214.814	212.561	203.618	1.994.890
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	3.003	3.767	2.635	40.190	62.838
IBNR											41.794
IBNeR											9.249
Sinistros líquidos de resseguro											
	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	236.955	236.955
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	215.302	_	215.302
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.381	_	_	219.381
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.970	_	_	_	198.970
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.614	_	_	_	_	179.614
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	_	_	_	-	_	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	_	_	_	_	_	_	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	_	_	_	_	_	-	_	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	_	_	_	_	_	_	-	_	117.234
9 anos após o aviso	432.962	_	_	_	_	_	_	_	-	_	432.962





–☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

	Até 2009	<u>2010</u>	2011	2012	<u>2013</u>	2014	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	Total	
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	<u>156.759</u>	161.022	179.614	198.970	219.381	215.302	236.955	2.048.866	
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	(11.746)	(11.266)	(9.134)	(4.994)		(73.437)	
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	116.504	128.442	155.735	159.589	177.497	196.274	215.858	212.739	<u>198.100</u>	1.987.986	
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	2.696	3.523	2.563	38.855	60.880	
BNR											40.931	
IBNeR											9.249	

Gerenciamento de riscos por linhas de negócio: O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação da eventual necessidade de alterações nos produtos. Seguros de vida, renda de eventos aleatórios e previdência: Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros: • Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade, longevidade e invalidez; • Risco de baixa persistência; • Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto. • Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros. Ativos financeiros mantidos Risco de severidade e freguência de sinistros. Os riscos apresentados são gerenciados como exposto a seguir: Os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro, bem como do reenguadramento etário, previsto nos contratos: adicionalmente, a mortalidade é verificada no cálculo do TAP quando testado o impacto da tábua contratada no plano com a tábua de mortalidade realista vigente. • O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente no qual a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e efetua as devidas provisões e alterações técnicas necessárias para minimizar os futuros impactos. • O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices. • O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas. b. Risco de mercado: Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira: *Risco de oscilação de preços:* Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos. (i) Gerenciamento do risco de mercado: As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Investimento em instrumentos derivativos, cujo objetivo é proteger a carteira contra o risco de flutuação nas taxas de juros quando se tratar de PGBL/VGBL. • Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR).* A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito. (ii) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). (iii) Resultados do teste de sensibilidade: Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA). Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", gual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duracão de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variacões nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia

integrantes da carteira da Companna.					
		Impacto sob	re lucro e pa	trimônio líqu	ido/resultado
Ativos		Taxa de	Juros	Aç	ões
Classe de ativo	<u>Alocação</u>	+1%	-1%	+10%	-10%
Títulos Pós-Fixados					
Quotas de Fundo Exclusivo Previdenciário	1.069.854	_	_	_	_
Disponível para Venda	48.042	480	(480)	_	_
Avaliados a Valor Justo	173.483	12.434	(12.434)	_	_
Títulos Pré-Fixados					
Até o Vencimento	23.172	_	_	_	_
IPCA					
Disponível para Venda	66.231	(3.386)	3.386	_	_
Até o Vencimento	116.903	_	_	_	_
IGP-M					
Disponível para Venda	1.879	(144)	144	_	_
Até o Vencimento	64.642	_	_	_	_
Renda Variável					
Avaliados a Valor Justo	9.983	_	_	998	(998)
Impacto no Patrimônio Líquido		(3.530)	3.530		
Impacto no Resultado		12.914	(12.914)	998	(998)
Impacto Líquido de Impostos PL		(1.941)	1.941		
Impacto Líquido de Impostos Resultado		7.103	(7.103)	549	(549)
Total	1.574.189				

(iv) Limitações da análise de sensibilidade: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos majores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo. *c. Risco de liquidez: (i) Gerenciamento do risco de liquidez:* O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar esse risco, frequentemente são estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o ntrole de possíveis mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

<u>Liquidez</u>	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Imediata	1.212.277	75%	225.189	16%
De 01 a 30 dias	114.975	7%	97.292	7%
De 31 a 60 dias	105.350	6%	72.096	5%
De 61 a 90 dias	1.283	0%	62.173	5%
De 91 a 120 dias	40.611	2%	59.644	4%
De 121 a 150 dias	667	0%	680	0%
De 151 a 180 dias	11	0%	193	0%
De 181 a 365 dias	1.239	0%	950	0%
Acima de 365 dias	<u>163.365</u>	_10%	868.045	_63%
Total	1.639.778	100%	1.386.262	100%

2018

2017

ativos e passivos financeiros e contratos de Se	guro detido	os pela	Compar	nhia.			
			Venci-				
	Sem	Ven-	dos	Α			
	Venci-	cidos	acima	vencer	A vencer	A vencer	
	mento	até	de	em até	entre 1 e	acima de	
	<u>definido</u>	<u>1 ano</u>	<u>1 ano</u>	1 ano	5 anos	5 anos	Total
Caixa e bancos	11.219	_	-	-	-	_	11.219
Ativos financeiros a valor justo							
por meio do resultado	190.907	_	-	133.016	667.461	261.936	1.253.320
Títulos públicos	_	_	_	_	2.371	_	2.371
Quotas de fundos de investimento abertos	181.095	_	_	_	_	_	181.095
Quotas de fundos de investimento exclusivos	9.812	_	_	133.016	665.090	261.936	1.069.854
Ativos financeiros disponíveis para a venda	_	_	-	21.874	45.793	48.485	116.152
Títulos privados	_	_	_	21.874	22.767	34.302	78.943
Títulos públicos	_	_	_	_	23.026	14.183	37.209

Venci-Sem Vendos Venci- cidos acima vencer A vencer A vencer mento até de em até entre 1 e acima de definido 1 ano 1 ano 1 ano 5 anos Total 53.329 115.977 204.717 até o vencimento Títulos privados 53.329 8.958 27.106 89.393 Títulos públicos 19.768 88.871 108.639 Quotas de fundo de investimento abertos 6.685 6.685 Crédito de operações com 8.547 1.432 17.762 27.741 seguros e resseguros Prêmios a receber 23.634 5.872 17.762 1.432 Operações com seguradoras Operações com resseguradoras 2.582 2.582 Crédito de operações com previdência complementar 1.951 532 253 977 189 Contribuições de riscos vigentes não recebidos 532 431 189 1.404 252 Outros créditos 546 547 Outros créditos operacionais Ativos de resseguro - Provisões técnicas 991 684 652 68 712 3.107 Títulos e créditos a receber -12.5024.350 4.649 21.501 Títulos e créditos a receber -10.321158 4.313 14,792 Outros créditos 2.181 4.192 6.709 336 Total dos ativos financeiros 426.398 1.639.778 203.649 22.056 230.887 7.411 749.377 Provisões técnicas (*) 77.065 53.011 49.669 69.106 140 Seguros - Pessoas 57.659 40.522 25.792 124,113 Vida com cobertura de sobrevivência 388 3.377 1.376 17.490 173.689 196,406 19.320 12.101 46.152 Previdência complementar 41.938 193.262 680.490 993.263 1.219 21.530 6.665 Passivos financeiros 47.208 17.794 5.236 12.464 Obrigações a pagar 1.039 4.870 1.319 Impostos e encargos sociais a recolher 4.137 Encargos trabalhistas 7.251 7.251 Impostos e contribuições 1.169 1.169 Débitos de operações com seguros 14.333 9.275 5.058 e resseguros Débitos de operações com operações de previdência Depósitos de terceiros 7.385 288 7.673 Total dos passivos financeiros <u>78.284</u> <u>74.541</u> <u>56.334</u> <u>86.900</u> <u>210.752</u> <u>854.179</u> <u>1.360.990</u>

(*) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculada con base na data efetiva de aviso, e Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) e benefícios concedi dos (PMBC) de planos previdenciários, calculadas de acordo com tempo restante para liquidação do pagamento. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE), provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR/IBNER) e outras provisões técnicas. d. Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os in vestimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Rating dos ativos financeiros

	2018	3	2017	<u>'</u>
<u>Nota</u>	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Soberano	974.768	60%	924.650	70%
AAA	137.990	9%	89.130	7%
AA	247.001	15%	138.491	10%
A	19.237	1%	56.656	4%
BBB	5.466	_	6.626	_
В	6.471		10.893	<u>1%</u>
Total em Risco	1.390.933	85%	1.226.446	92%
Sem Classificação ^(*)	248.845	<u>_15%</u>	<u> 159.816</u>	8%
Total	1.639.778	<u>100%</u>	1.386.262	<u>100%</u>

(*) Inclui Fundos Abertos, prêmios e contas a pagar dos fundos próprios.

Para classificação dos ratings são utilizadas as agências Fitch, Moody's e S&P, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação. O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber. Risco de concentração de investimentos: Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos. e. Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. Controle do risco operacional: A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguradora S.A. baseia-se nos componentes e princípios do framework do COSO ERM, COSO 2017 e ISO 31000, que tem como objetivo propiciar uma gestão inte grada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional para proposicão e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e compliance. O processo de gestão de riscos da Unimed Seguradora S.A. é conduzido pela área de Gestão de Riscos e Governança e está estrutura do da seguinte forma: (i) Identificação dos riscos: O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos e Governança, no apoio às áreas de negócio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguros Unimed. Podemos separar a etapa de iden entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem tificação em cinco atividades principais: • Mapear os processos; • Identificar os riscos e fatores de riscos; • Identificar os risc como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras). Adicionalmente, é ficar os controles e associá-los aos riscos; • Identificar normas e regulamentações; • Identificação de deficiências (ii) Mensuração e avaliação: O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos e Governança no suporte às áreas de negócio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguros Unimed, Destacamos as principais atividades desta etapa: • Classificação do impacto: • Realização da auto avaliação do ambiente de controle; • Realização do walkthrough e testes; • Avaliação da aderência aos nor mativos; • Avaliação dos riscos residuais. (iii) Resposta ao risco (mitigação e controle): Para os riscos identifi cados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos e Governança apoia os gestores das áreas de negócio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: • Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios, pro cessos ou subprocessos. • Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou seve ridade do risco. Essa resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos. • Compartilhar: atividades que visam a reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do (ii) Conciliação dos ativos e passivos: A nota a seguir demonstra o aging das operações de todas as classes de risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou outsourcing. • Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que a Administração da Unimed Seguradora S.A. não optar por "Evitar" ou "Aceitar", deve rão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco. (iv) Monitoramento: Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos e Governança define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. (v) Reporte: A etapa de repor te contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Governança no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à Alta Administração da Companhia. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente, por meio de ferramentas e metodologias que visam a manter em funcionamento as atividades essenciais do negócio em situações de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Unimed Seguradora S.A. e seus clientes. f. Concentração de riscos: A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, confor me apresentado abaixo:



Ativos financeiros



--☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

_				- 3		-
	(Em	milha	ares	de	reais)

							2018					1
				Distribuio	ção de prêi	nio emitido	- Por região	geográfica -	Bruto de res	seguro		
Ramos	Centro	-Oeste	Nord	leste	No	orte	Sud	este	Si	ul		Total
Eventos aleatórios	14.145	2,62%	13.736	2,54%	3.251	0,60%	140.192	25,94%	44.830	8,29%	216.154	39,99%
Vida em grupo	9.664	1,79%	6.256	1,16%	1.363	0,25%	69.570	12,87%	30.436	5,63%	117.289	21,70%
Desemprego/Perda de renda	5.926	1,10%	7.394	1,37%	1.969	0,36%	69.905	12,93%	17.377	3,21%	102.571	18,97%
Prestamista	4.822	0,89%	3.188	0,59%	297	0,05%	20.797	3,85%	11.804	2,18%	40.908	7,56%
Acidentes pessoais	4.190	0,77%	1.890	0,35%	242	0,04%	20.605	3,82%	13.011	2,41%	39.938	7,39%
Auxílio funeral	3.158	0,58%	1.264	0,23%	114	0,02%	7.317	1,35%	5.901	1,09%	17.754	3,27%
Viagem	31	0,01%	1.572	0,29%	55	0,01%	1.374	0,25%	2.524	0,47%	5.556	1,03%
Seguro habitacional - Prestamista							364	0,07%	<u>96</u>	0,02%	460	0,09%
Total	<u>41.936</u>	<u>7,76%</u>	<u>35.300</u>	<u>6,53%</u>	7.291	<u>1,33%</u>	330.124	<u>61,08%</u>	<u>125.979</u>	23,30%	<u>540.630</u>	100,00%
Principais ramos de atuação												

Ramos de atuação Renda de eventos aleatórios Acidentes pessoais Auxílio funeral Prestamista (exceto habitacional e rural) Desemprego/perda de renda Contribuições - Cobertura de risco Viagem Seguro habitacional - Prestamista

		Índice de								
Prêmio ganho Sinistralidade % Comissionamento										
2018	2017	2018	2017	2018	2017					
238.542	220.389	60,92	54,70	17,87	17,04					
192.388	181.497	41,94	45,49	20,90	20,94					
71.660	65.819	22,82	18,51	21,18	21,56					
17.735	17.145	40,02	37,42	17,78	17,04					
9.773	8.324	51,54	53,44	27,15	27,21					
9.335	8.551	22,14	19,73	16,02	15,75					
6.017	7.712	-	_	_	_					
745	233	135,49	75,81	_	(0,09)					
<u>215</u>	152	2,53	4,13	<u>40,15</u>	38,10					
546.410	509.822	47,44	44,80	19,35	18,90					

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

a. Hobamo da diadombagad.			Ver	ncimentos			Ati	vos		Total			
		Até	De 1 a	Acima	Sem	Valor	Valor custo		Ajuste a				
Títulos	Níveis	1 ano	5 anos	de 5 anos	vencimento	Contábil	atualizado	Valor justo	valor justo	2018	%	2017	%
Valor justo por meio do resultado		133.016	667.461	261.936	190.907	1.253.320	1.253.320	1.253.320	_	1.253.320	11,65%	962.444	8,49%
Quotas de Fundos de Renda Variável	2	_	_	_	9.983	9.983	9.983	9.983	_	9.983	0,63%	7.900	0,59%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	_	_	_	171.112	171.112	171.112	171.112	_	171.112	10,87%	91.273	6,84%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	_	2.371	_	_	2.371	2.371	2.371	_	2.371	0,15%	14.073	1,06%
Quotas e fundos de investimentos exclusivos		133.016	665.090	261.936	9.812	1.069.854	1.069.854	1.069.854		1.069.854	67,96%	849.198	63,68%
Ações	1	_	_	_	9.812	9.812	9.812	9.812	_	9.812	0,62%	6.405	0,48%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	1.387	_	_	_	1.387	1.387	1.387	_	1.387	0,09%	3.977	0,30%
Letra Finaceira (LF)	2	35.664	103.386	_	_	139.050	139.050	139.050	_	139.050	8,83%	53.957	4,05%
Debêntures	2	4.388	78.729	11.162	_	94.279	94.279	94.279	_	94.279	5,99%	26.361	1,98%
Operações compromissadas	2	66.537	3.890	_	_	70.427	70.427	70.427	_	70.427	4,47%	33.201	2,49%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	5.503	174.354	27.906	_	207.763	207.763	207.763	_	207.763	13,20%	273.356	20,50%
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	1.200	49.022	_	_	50.222	50.222	50.222	_	50.222	3,19%	48.304	3,62%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	19.559	219.488	15.063	_	254.110	254.110	254.110	_	254.110	16,15%	228.784	17,16%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	_	36.221	207.805	_	244.026	244.026	244.026	_	244.026	15,50%	175.637	13,17%
Fundo Renda Fixa	2	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	10	0,00%
Outras contas a pagar	2	(1.222)	_	_	_	(1.222)	(1.222)	(1.222)	_	(1.222)	(0,08)%	(794)	(0,06)%
Disponível para venda		21.874	45.793	48.485		116.152	113.732	116.152	2.420	116.152	7,38%	181.826	13,63%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	15.892	1.043	_	_	16.935	16.935	16.935	_	16.935	1,08%	43.786	3,28%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	10.893	0,82%
Debêntures	2	27	11.162	33.421	_	44.610	44.762	44.610	(152)	44.610	2,83%	54.218	4,07%
Letra Financeira (LF)	2	5.955	10.562	_	_	16.517	16.475	16.517	42	16.517	1,05%	24.230	1,82%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	_	_	_	_	_	_	_	_	2.785	0,21%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	23.026	12.304	_	35.330	32.976	35.331	2.355	35.330	2,24%	43.368	3,25%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2	-	-	1.879	_	1.879	1.753	1.879	126	1.879	0,12%	1.678	0,13%
Certificado de Recebiveis Imobiliário (CRI)	2	-	-	881	_	881	831	880	49	881	0,06%	868	0,07%
		53.329	35.411	115.977			204.717	225.454	20.737	204.717	13,01%	189.341	
	2	53.329	8.958	_	_	62.287	62.287	63.990	1.703	62.287	3,96%	73.983	5,55%
	2	_	-	24.245	_	24.245	24.245	24.920	675	24.245	1,54%	_	-
	2	-	15.895		_	39.864	39.864	44.617	4.753	39.864	2,53%	37.260	
	1	-		64.902	_	68.776	68.776	82.602	13.827	68.776	4,38%	66.206	
	2	_	2.187	_	_	2.187	2.187	2.187	_	2.187	0,14%	4.427	
Certificado de Recebiveis Imobiliário (CRI)	2	-	-	2.861	-	2.861	2.861	2.640	(221)	2.861	0,18%	2.861	0,21%
Quotas de Fundos de Inv. em Participações (FIP)	3	-	4.497	_	-	4.497	4.497	4.497	_	4.497	0,29%	4.604	0,35%
Total		208.219	<u>748.665</u>	426 .398		<u>1.574.189</u>	1.571.769	1.594.926		<u>1.574.189</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.333.611</u>	100,00%
Mantidos até o vencimento Letra Financeira (LF) Debêntures Nota do Tesouro Nacional (NTN-C) Nota do Tesouro Nacional (NTN-B) Quotas de Fundos de Renda Fixa(*) Certificado de Recebiveis Imobiliário (CRI) Quotas de Fundos de Inv. em Participações (FIP)	2 2 2 2 1 2 2 3	53.329 - - - - - - 208.219	8.958 - 15.895 3.874 2.187 - 4.497 748.665		- - - - 190.907	204.717 62.287 24.245 39.864 68.776 2.187 2.861 4.497 1.574.189	204.717 62.287 24.245 39.864 68.776 2.187 2.861 4.497 1.571.769	225.454 63.990 24.920 44.617 82.602 2.187 2.640 4.497 1.594.926	20.737 1.703 675 4.753 13.827 - (221)	204.717 62.287 24.245 39.864 68.776 2.187 2.861 4.497 1.574.189	13,01% 3,96% 1,54% 2,53% 4,38% 0,14% 0,18% 0,29% 100,00%	189.341 73.983 - 37.260 66.206 4.427 2.861 4.604 1.333.611	14,20% 5,55% - 2,79% 4,96% 0,33% 0,21% 0,35% 100,00%

(*) Este fundo de renda fixa aplica seus recursos nos mercados de Crédito Privado com lastro em direitos creditórios imobiliários e tem pagamento de juros e amortização mensal com liquidez somente na data de vencimento.

Provisões técnicas (-) Ativos de resseguro redutores

b. Hierarquia do valor justo:

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.

• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

• Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria "Mantidos até o vencimento",

d. Movimentação das aplicações financeiras:	2018	2017
Saldo Inicial do Exercício	1.333.611	1.087.122
Aplicação	770.275	750.450
Resgate	(636.865)	(623.940)
Receita Financeira	105.351	115.967
Ajuste a valor de mercado	1.817	4.012
Saldo Final do Exercício	<u>1.574.189</u>	1.333.611
e. Cobertura das provisões técnicas: Os seguintes ativos financeiros estavam	vinculados em	garantia das
provisões técnicas:	2018	2017
Provisões técnicas	1.313.782	1.079.484

bem como entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros. c. Taxa de juros contratada: Taxa de Juros

		raxa de	Juros		(–) Ativos de resseguro redu						(2.892)	(1.093)
<u>Titulos</u>	Classe	Contra	atada	2018	(–) Depósitos judiciais de sir	nistros					(2.615)	(2.727)
Quotas e fundos de investimentos exclusivos				<u>1.069.854</u>	Total a ser coberto						1.308.275	
Ações	Ações			9.812	Títulos de renda fixa - Públic	cos					121.921	137.489
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,50%	CDI	1.387	Títulos de renda fixa - Privad	dos					140.499	138.796
Operações compromissadas	Títulos Privados Renda Fixa	100,00%	CDI	70.427	Cotas de fundos de investim	ento					64.983	-
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	108,66%	CDI	66.169	Aplicações em FIEs Previde	nciários (PG	BL/VGBL)				1.069.854	849.198
		CDI	1,08%	25.784	Total de ativos em garantia	a					1.397.257	1.125.483
		IPCA	5,44%	2.326	Suficiência de cobertura						88.982	49.819
Letra Finaceira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	104,15%	CDI	139.050	f. Ativos financeiros deriva	ativos: A Cor	npanhia reali:	za operaç	ções com c	lerivativos, at	ravés de fund	os de investi-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados	100,00%	SELIC	207.763	mentos exclusivos e fundos	de mercado,	com o único	objetivo	de proteçã	o das carteira	as para perda	s com oscila-
Letras Tesouro Nacional (LTN)	Títulos Públicos pré-fixado	PRE	9,04%	50.222	ção nas taxas de juros, e o l	imite máximo	de aplicação	o é de 10	0% do patr	imônio líquid	o de cada fun	do. A estraté-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	Títulos Públicos IPCA	IPCA	4,59%	254.110	gia de operação, a política	de atuação,	o gerenciame	ento de ri	iscos e o c	controle das	operações co	m derivativos
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	Títulos Públicos pré-fixado	PRE	12,12%	244.026	seguem as normas do órga	ão regulador	e foram def	inidos co	m os adm	inistradores (dos fundos ci	ijas medidas
Outras contas a pagar	Outras contas a pagar			(1.222)	constam nos regulamentos o	dos fundos. A	equipe de g	erenciam	ento de ris	cos dos admi	inistradores ut	iliza modelos
Carteira Própria				504.335	estatísticos para o melhor c	ontrole dos a	ativos das car	rteiras do	s fundos d	a Companhia	a. Os modelos	mais usuais
Quotas de Fundos de Renda Variável	Títulos Privados Renda Fixa			9.983	são: o VaR, calculado atravé	s da metodo	logia de simu	ılação his	tórica, com	o objetivo de	e estimar a pe	rda potencial
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Títulos Privados Renda Fixa			173.299	máxima dentro de dado hor	izonte de ten	npo e determ	inado inte	ervalo de c	onfiança; e s	tress test, que	avalia o de-
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,23%	CDI	16.935	sempenho das carteiras sob	condições e	extremas de n	nercado.		-		
Certificado de Recebiveis Imobiliário (CRI)	Títulos Privados Renda Fixa	IPCA	8,49%	3.742	As operações nos mercados	s de futuros,	realizadas po	or meio do	os fundos e	exclusivos, po	ssuem os cor	ntratos custo-
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	111,27%	CDI	11.610	diados na B3 - Brasil, Bolsa,	Balcão.	·					
		CDI	1,21%	2.980							2018	2017
		IGPM	6,10%	18.290							Valores	Valores
		IPCA	6,04%	35.975				até	De 1 a	Acima	Referencia	Referencia
Letra Finaceira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	109,78%	CDI	16.517	Fundo	Posição	Tipo	<u> 1 ano</u>	5 anos	de 5 anos	(R\$ mil)	(R\$ mil)
		IGPM	3,96%	6.489	RF 100	Comprado	DI de 1 dia	_	(14.772)	(10.329)	(25.101)	(24.248)
		IPCA	5,84%	32.626	HE 100	<u>Vendido</u>	DI de 1 dia	4.226	<u>5.891</u>	80	10.197	<u>17.068</u>
		PRE	10,74%	23.172	RF 100C	Comprado	DI de 1 dia	_	(38.415)	(63.935)	(102.350)	(60.218)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados	100,00%	SELIC	2.371	AF 100C	Vendido	DI de 1 dia	29.780	40.449	683	70.912	92.488
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	Títulos Públicos IPCA	IPCA	5,81%	104.107	RV 15	Comprado	DI de 1 dia	_	(1.802)	_	(1.802)	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	Títulos Públicos IGPM	IGPM	6,78%	41.742		<u>Vendido</u>	DI de 1 dia	4.869	31.720	926	<u>37.515</u>	<u>5.138</u>
Quotas de Fundos de Inv. em Participações					Fundo RF Crédito Privado	Comprado	DI de 1 dia	_	(8.039)	(51.788)	(59.827)	(53.756)
(FIP)	Títulos Privados Renda Fixa			4.497	Total			<u>38.875</u>	15.032	(124.363)	(70.456)	<u>(23.528)</u>
Total				<u>1.574.189</u>	(*) Quantidade negativa retra	ata posição d	comprada.					

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES	S COM SEG	UROS E RES	SEGUROS											
							2018							
		Prêmios	a receber			Operaçã	ões com segurad	oras	Operações com resseguradoras					
	Riscos	Riscos	Provisão			-	Provisão	Subtotal		Sinistros	•	Provisão	Subtotal	
	vigentes	vigentes	para riscos	Subtotal			para riscos	operações com		pagos a	Outros	para riscos	ressegu-	
	emitidos	não emitidos	sobre créditos	prêmios	<u>Prêmios</u>	Sinistros	sobre créditos	Seguradoras	<u>Prêmios</u>	recuperar	créditos	sobre créditos	radoras	Total
Acidentes pessoais coletivos	1.688	2.143	(100)	3.731	10	991	_	1.001	18	543	_	(12)	549	5.281
Auxílio-funeral	753	268	(31)	990	_	_	_	_	_	_	_	_	_	990
Desemprego/perda de renda	131	75	_	206	_	_	_	_	_	_	_	_	_	206
Prestamista	658	822	(1)	1.479	_	_	_	-	_	_	1	(1)	_	1.479
Renda de eventos aleatórios	2.928	3.256	(20)	6.164	_	688	(619)	69	_	_	_	_	_	6.233
Habitacional - Prestamista	20	20	_	40	_	_	_	_	_	_	_	_	_	40
Viagem	_	56	_	56	_	_	_	-	_	_	_	_	_	56
Vida em grupo	6.102	5.163	(297)	10.968	54	730	(329)	455	22	2.047	23	(59)	2.033	<u>13.456</u>
Total	12.280	11.803	(449)	23.634	64	2.409	(948)	1.525	40	2.590	24	(72)	2.582	27.741

mprensaoficial COVERNO DO ESTADO DE SÃO MULCI SELO DE AUTENTICIDADE

1.313.782 (2.892)

(1.093)



–—☆ continuação

UNIMED SEGURADORA S.A.

CNPJ 92.863.505/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

→ continuação			NUT	RS EAPLIU	AIIVAS AS		res de reais)	NANCEIRAS IN	DI VIDUA					
	Di	Prêmios a		0		Operações	s com segurad				Operações com r			1
		Riscos vigentes	Provisão para riscos	prêmios a			Provisão para riscos	operações con	n	Sinistros pagos a		Provisão ira riscos		1
Acidentes pessoais coletivos		emitidos s 1.864	sobre créditos (129)		Prêmios 10	Sinistros 488	obre créditos	seguradoras 498		s recuperar	créditos sobre	créditos (19)	resseguradoras 303	
Auxílio-funeral	678	239	(23)	894	_	-	_	-			_	(13)	-	- 89
Desemprego/perda de renda Prestamista	104 94	25 676	_	129 770	_	_	_	-		– – – 101	_ 1	(101)	- 1	- 12 77
Renda de eventos aleatórios	2.436	2.976	(27)	5.385		688	-	688	3 -		_	-	_	- 6.07
Habitacional - Prestamista Viagem	_ 145	13 53	(108)	90	_	_	_	-	_ :		_	_	_	- 1 - 9
Vida em grupo Total	<u>4.885</u> 9.878	4.688 10.534	(205) (492)		<u>54</u>	331 1.507	(93) (93)			1.173 9 1.578	22 	(89 <u>)</u> (209)	1.107 1.411	
7. PRÊMIOS A RECEBER		10.554	(432)	19.920		1.507	<u> </u>	ação dos ressegu		3 1.576		(209)	1.411	22.00
a. Prêmios a receber por ida							C. Discrimina	ição dos ressegi	ilaudies.			Sinistros		
A vencer					2018	2017		_		0	Prêmio	avisados		
De 1 a 30 dias					17.761	15.913	Tipo	ا Resseguradora و		Comissão sol prêmio cedi	bre líquido <u>ido (Nota 23e) (l</u>	líquidos lota 23e)	Agênci classificador	
De 31 a 120 dias Vencidos					1	_		IRB Brasil		•		•		
De 1 a 30 dias					5.870		Local f	_ Resseguros S.A. _ Total	19.092 19.092	(7.8 ⁻ (7.8 ⁻		6.876 6.876	A.M. Best Compan	ıy A
De 31 a 120 dias De 121 a 365 dias					294 39		9. CRÉDIT	- OS TRIBUTÁRI	OS E PRI	EVIDENCIÁR	los			
Superior a 365 dias					118	68	or onless.						2018	2017
Total Redução ao valor recuperável					24.083 (449)			ontribuições a con						
Prêmios líquidos a receber	b				23.634	19.920	Imposto de re Outros crédito	enda e contribuição os tributários	o social a c	compensar			11.358 562	
o. Movimentação de prêmios	a receber:				2018	2017	Total circula	nte	,				11.920	9.13
Prêmios a receber no início e Prêmios emitidos líquidos de c					19.920 539.792			ário sobre diferenç iferidos imposto de			ue renda		22.477 (7.445)	
Recebimentos					(539.428)	(502.465)	Crédito tributa	ário sobre diferenç	a temporá	ria de contribúi			13.511 (4.613)	12.87
Imposto sobre Operações Fina Riscos Vigentes e Não Emitido					2.039 1.268		Imposto de re	iferidos contribuiçã enda e contribuiçã			1		8.246	•
Provisão para redução ao valo	r recuperável				43	87	PIS diferido COFINS difer	ida					259 _1.594	
Prêmios a receber no final de 8. ATIVOS DE RESSEGUI					23.634	19.920	Total não cir						34.029	
a. Ativos de resseguro - Prov							10. OUTRO	OS CRÉDITOS						
Pré	èmio de Prêmio	_	inistros		são para _ espesas	Total							2018	2017
	seguro ressegu ferido - diferid	lo - pende	entes de Prov	relac	ionadas		Salários Férias						6 330	1
Acidentes nessoais	PPNG RV	NE pag	amento de	BNR	IBNR 2	2018 2017		para viagens					12	
Acidentes pessoais coletivos	27	64	240	432		783 361		a fornecedores					496 7	25
∕ida em grupo Prestamista	36 40	46 2	1.718	415 16	50 2 1	.265 845 <u>59</u> <u>21</u>	Bloqueios jud	liciais					5.858	
Total circulante							Saldo no fina	al do exercício					6.709	5.23
e não circulante o. Movimentação dos ativos		112 rovisões té	1.958 cnicas:	863	<u>71</u> <u>3</u>	<u>.107</u> <u>1.227</u>	11. CUSTO	OS DE AQUISIÇ	ÃO DIFE	RIDOS				
•	ū	2017 Co	onstituição <u>F</u>		aixa/Pagame								2018	2017
Prêmio de resseguro diferido - Prêmio de resseguro diferido -		69 65	2.775 75	(2.741) (28)		- 103 - 112	Saldo no inío Constituição	cio do exercício					1.342 105.491	13.79
Sinistros pendentes de pagam		564	9.866	_	(8.	471) 1.959	Reversão						(105.383)	(13.782
Provisão de IBNR Provisão de despesas relacion	adas de IRNR	492 37	1.618 48	(1.247) (15)		- 863 - 70	Saldo no fina Total circula	al do exercício nte					<u>1.450</u> 1.141	1.34
Total circulante e não circula		1.227	14.382	(4.031)	(8.	<u>471)</u> <u>3.107</u>	Total não cir						309	133
12. INVESTIMENTOS					Hadan and	Commer	Umler a d	Pagues	Harley 1	Covid-	aveetC=== A===:	D	tal	
					Saúd	Seguros e S.A.	Unimed S Patrimon	iais S.A.	Unimed : e Odont	o S.A. <u>M</u>	nvestCoop Asset lanagement Ltda	. <u>Unimed</u>	Ltda. Tot	
Informações sobre o investir	mento:				2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2018	2017 2018	2017
Participação %					99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	19,40%	48,50%	99,00%			-
Quantidade de ações Provisões judiciais					38.823.797 92.782	38.823.797 83.703	101.457.665 498	39.729.270 19. 92	.400.000 1.873	19.400.000 765	1.980.000			-
Ativo					1.350.252	1.162.853	135.555	62.420	71.912	30.864	2.027.075			-
Passivo Patrimônio líquido					618.999 731.253	530.240 632.613	51.810 83.745	30.254 32.166	14.286 57.626	10.745 20.119	67.252 1.959.823			_
Resultado do exercício					108.435	77.774	1.661	1.040	7.471	1.904	(40.177)	–		-
Total de receitas Total de despesas					2.511.773 (2.403.338)	2.312.638 (2.234.864)	49.820 (48.159)	32.589 (31.549)	77.382 (69.911)	67.368 (65.464)	24.669 (64.845)		= =	
Investimento no início do ex	ercício				632.613	559.672	32.164	31.080	9.758	<u>-</u>		30	32 674.535	590.752
Aquisição de investimento Ágio na aquisição de investime	ento				_	_	50.000	_	_	18.495 (9.095)	1.980) – - –	- 51.980 	18.495 (9.095
Dividendos		olodo			(10.301)	(7.389)	(04)	_	(OFO)	_	-		- (10.301)	(7.388
Ajuste com títulos e valores mo Resultado equivalência patrimo		olada			507 108.435	2.556 77.774	(81) 1.662	44 1.040	(253) 1.674	358	-	_	– 173 – 111.771	2.600 79.172
Saldos dos investimentos ac		io			731.254	632.613	83.745	32.164	11.179	9.758	1.980		<u> </u>	674.535
Outros investimentos Total					731.254	632.613	83.745	32.164	11.179	9.758	1.980	30	32 30 32 828.188	32 674.567
13. IMOBILIZADO E INTA														
a. Movimentação do imobiliz	ado:			Movimentaç	ão						2018			
Imávois	2017		<u> Baixas</u>	Depreciação	Outros/ti	ransferência		ısto de aquisição			da Valor líquido		anuais de depreci	
lmóveis <i>Hardware</i>	21.516 567		309 –	(670) (280)			- 20.846 - 596	25.658 3.431		(4.81 (2.83				2% 20%
Móveis, máquinas e utensílios	2.192	2 1.2	233 (63)	(430))	-	- 2.932 - 7	5.514	ļ	(2.58	32) 2.932	2		10%
Veículos Equipamentos	61 545	5 6	 692 -	(54) (256))		- 981	487 2.792		(48 (1.81	11) 98 ⁻	l		20% 10%
Sistema aplicativo	470		075 –	(342)		(168	1.035 - 62	5.181 854		(4.14 (79	46) 1.035			20% 20%
Outras imobilizações Total	96 25.44 7		309 (63)	(2.066)	<u> </u>	(168		43.917		(17.45	58) 26.459			20%
	2016	6 Aquisiçã	čes Baixas	Movimentaç Depreciação		ransferência	s 2017 Cu	ısto de aquisição	Denreci	ação acumula	2017 da Valor líquido	Tavaea	nuais de depreci	acão (%
Imóveis	22.185	5		(669))		21.516	25.658	_ _	(4.14	12) 21.516	6	uuis us uspieti	2%
<i>Hardware</i> Móveis, máquinas e utensílios	782 1.753		85 (23) 776 (3)	(277) (334)			- 567 - 2.192	3.121 4.327		(2.55 (2.13				20% 10%
Veículos	132	2	- '-	(71))		- 61	486	3	(42	25) 61			20%
Equipamentos Sistema aplicativo	718 462		59 (3) 256 –	(229) (248)			- 545 - 470	2.100 4.280		(1.55 (3.81				109 209
Outras imobilizações	54	4	89	(47)	<u> </u>		96	854		(75	<u>58) </u>	<u> </u>		209
Total	<u>26.086</u>	1.2	<u>(29)</u>	(1.875)		-	25.447	40.826		(15.37	79) 25.447			
o. Movimentação do intangív M	el: //ovimentação			201	8		16. IMPOS	TOS E CONTR	BUIÇÕE	5			2018	2017
Aqui-	Amor- Ou	utros/		nortização	Valor Taxa		Imposto de re						6.099	2017 14.33
	tização transferê 3.197)		30.421	acumulada li (22.456)		<u>rtização (%)</u> 20%		ões de imposto de	e renda					(14.334
Total <u>10.994</u>	(3.197)	168 7.965		(22.456) 201	7.965		Contribuição (–) Antecipaç	sociai ões de contribuiçã	áo social				5.048 (5.048)	12.17 (12.179
Aqui- /		tros/		nortização	Valor Taxa		COFINS	•					1.006	1.25
	zacão transferên						PIS						<u> 163</u>	20

Fornecedores Aluguéis a pagar Dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio Participação nos lucros a pagar Outros pagamentos Total passivo circulante 15. ENCARGOS TRABALHISTAS

 2016 sições transferências
 2017 aquisição
 acumulada líquido
 amortização (%)

 4.278 — (3.284)
 — 10.994
 30.248
 (19.254)
 10.994
 20%

30.248

10.994

(19.254) 10.994

2018 6.630

60

44

506

5.224

12.464

2018 5.400

431

7.251

1.420 1.189

2017

362

6.079

2017 2.067 482 Prêmio de resseguro direto 4.051 Prêmio de resseguro RVNE 65 Total <u>6.798</u>

Comissões a pagar de seguros

Redução ao valor recuperável

Comissões riscos emitidos RVNE

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social referentes ao ano-calendário 2018, serão compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2019. 17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS a. Operações com resseguradoras: 2017 2.894 2.841

b. Corretores de seguros e resseguros:

__<u>531</u> **3.425** 295 3.136 2018 3.626 2017 2.012 2.748 2.222 2.330 2.036 (100) (99)

1.169

1.454

6.279

imprensa oficial COVERNO DO ESTADO DE SÃO MULCI SELO DE AUTENTICIDADE

(3.284)

Software

INSS sobre férias FGTS sobre férias

Total

Total

14.278

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Total



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

					(Em	milha	res de reais)						
18. DEPÓSITOS DE TERO	CEIROS						b. Movime	entação das provisõe	s técnicas de seguro	s - Pessoas)
					2018	2017	•			2018			
De 1 a 30 dias					6.544	4.826	-			Provisão de	Provisão	o Provisão)
De 31 a 60 dias					215	309			para Prêmios	Sinistros a	de sinistro	s para Despesas	;
De 61 a 120 dias					228	19			não Ganhos	Liquidar		Relacionadas	
De 121 a 180 dias					232	486			(PPNG)	PSL)	avisados - IBNI	R (PDR)	Total
De 181 a 365 dias					166	58	Saldos no	início do exercício	7.265	66.043	38.09	4 3.107	114.509
Superior a 365 dias					288	682	Constituiçã		539.362	223			
Total					<u>7.673</u>	<u>6.380</u>	Diferiment	o/(reavaliação)	(539.125)	(129.933)	(2.205		(186.491)
19. PROVISÕES TÉCNIC	AS DE SEGUR	OS E PREV	VIDÊNCIA COMPL	EMENTAR			Avisos		-	379 .811		- 2.839	382.650
a. Provisões técnicas de seg	uros - Pessoas						Juros e atu		-	3.909			3.909
	Provisão P	rovisão de	Provisão	Provisão			Pagamento		_	(248.377)			(249.746)
	para Prêmios	Sinistros a	de sinistros pa	ara Despesas			Transferên			551	44.70	(551)	
	Não Ganhos		ocorridos e não	Relacionadas			Saldos no	final do exercício	7.502	72.227	41.79	2.590	124.113
Ramos	(PPNG) _	(PSL) (*)	avisados - IBNR	(PDR)	2018 2	2017				2017			
Vida em Grupo	1.881	34.871	26.187	1.684		6.957			Provisão	Provisão de			
Eventos aleatórios	2.922	31.146	7.690	487	42.245 4				para Prêmios			s para Despesas	
Acidentes pessoais coletivos	927	4.816	4.707	309		9.921			não Ganhos			o Relacionadas	
Prestamista	1.446	425	1.037	105		2.853			(PPNG)		avisados - IBNI		
Auxílio Funeral	64	469	1.312	4		1.719		início do exercício	7.028	66.025			109.143
Viagem	262	19	426	_	707	404	Constituiçã		50.789	(400 -04)			
Desemprego/perda de renda	_	341	416	1	758	647		o/(reavaliação)	(50.552)	(108.591)			(161.172)
Prestamista imobiliário	_	_	19	_	19	13	Avisos	P ~ ~	-	329.260			332.773
Outros		140	-		140	4 500	Juros e atu		-	(633)			(000)
Total	7.502	72.227	41.794	2.590	124.113 <u>11</u>	4.509	Pagamento	0S		(220.018)			(220.733)
(*) Inclui a provisão de IBNER							Saidos no	final do exercício	7.265	66.043	38.09	4 3.107	114.509
c. Movimentação das provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura por sobrevivência (VGBL)													
Provisões técnicas de previo	dência		<u>2017</u>	<u>Constituição</u>	Reversão	<u>ο Atu</u>	<u>ıalizações</u>	Portabilidade Aceita	Portabilidade Cedi	<u>da</u> Resgate	s Benefícios	Transferências	2018
PGBL						_					_,		
Provisão Matemática de Benef			722.809	95.761	70		53.910	71.788	(29.45	58) (48.88 7		(2.977)	863.653
Provisão Matemática de Benet		,	7.531	394	,		386	-		_	– (1.107)	2.595	9.792
Provisão Matemática de Despe		as (PDR)	1.623	420	(46	S)	_	-		_	- 1	(1)	1.997
Provisão de Valores a Regular	izar (PVR)		258	-		_	_	-		_		(38)	220
Tradicional													
Provisão Matemática de Benef			78.898	2.418)	11.922	-	(2.58	32) (4.25 6		(687)	84.824
Provisão Matemática de Benef			14.316	1.249		_	1.047	-		_	- (1.646)	683	15.648
Provisão Matemática de Despe		as (PDR)	131	19	, -	,	_	-		_		_	137
Provisão de Valores a Regular			253	8			5	-		_		_	84
Provisão Complementar de Co			19.928	-	(3.424	1)	_	-		_		_	16.504
Provisão de Excedente Financ	eiro (PEF)		3	=		_		-		_		_	3
Outras provisões			345	117	(97	7)	36	-		_		_	401
VGBL		(DMD 0)	440 774	04740			10.001	05.004	(40.00	(4.5.00)	2)	(007)	100 015
Provisão Matemática de Benef			118.771	34.740		_	10.891	65.664	(18.63	36) (15.098		(287)	196.045
Provisão Matemática de Benef		(PMBC)	2	_		_	1	-		_	- (6)	279	276
Provisão de Valores a Regular	izar (PVR)	- (DDD)	47	_		-	_	-		_		(40)	7
Provisão Matemática de Despe	esas Helacionada	is (PDR)	60	26			70.400	407.450	/F0.05				78
Total	dânaia		<u>964.975</u>	135.152			78.198	137.452	(50.67			(474)	1.189.669
Provisões técnicas de previo	Jencia		2016	Constituição	Reversão	<u>υ Ατι</u>	<u>ualizações</u>	Portabilidade Aceita	Portabilidade Ced	da Resgat	es Benefícios	<u>Transferências</u>	2017
Provisão Matemática de Benef	fícios a Concodor	(PMR ₂ C)	600 400	00 207	(6.410	٥١	67.202	20 107	/01.00	30) (46.60	20)	(0.400)	722.809
Provisão Matemática de Benef			608.493 5.132	92.387 418	(6.412 (820		415	38.127	(21.8	30) (46.62	- (5.721)	(8.488) 8.107	7.531
Provisão Matemática de Bener Provisão Matemática de Despo			1.353	270		' <i>1</i>	413	_		_	(5.721)	6.107	1.623
Provisão de Valores a Regular		(1 D11)	239	270		_	_	_		_		19	258
Tradicional	1241 (1 VIT)		239	_		•	_	_		_	_	19	200
Provisão Matemática de Benef	fícios a Conceder	(PMBaC)	85.820	2.505	(1.882	2)	4.105	_	(3.2	34) (6.14	- (6)	(2.220)	78.898
Provisão Matemática de Benef			13.495	1.676			215	_	(0.20	_ (0.14	– (1.474)	2.248	14.316
Provisão Matemática de Despe			117	1.070			2.5	_		_	- (1.47)	2.240	131
Provisão de Valores a Regular		()	146	38			69	_		_		_	253
Provisão Complementar de Co			15.751	15.466		9)	_	_		_		_	19.928
Provisão de Excedente Finance			3		,	_	_	_		_		_	3
Outras provisões	/		385	138	(220))	42	_		_		_	345
VGBL			230	. 30	,	,							3.0
Provisão Matemática de Benef	fícios a Conceder	(PMBaC)	67.125	29.110	(1.819	9)	8.417	27.713	(3.5	24) (8.25	51) –	_	118.771
Provisão Matemática de Benef			36	9			1		,0.0.		- (29)	_	2
Provisão de Valores a Regular		/	125	_	,,,	_	_	_		_		(78)	47
Provisão Matemática de Despe		as (PDR)	40	25	(5	5)	_	_		_		-	60
TOTAL		, ,	798.260	142.058	(24.308		80.466	65.840	(28.6	(61.01	7) (7.224)	(411)	964.975
20. PROVISÕES JUDICIA	AIS				-	_							
a. Contingências e depósitos													
a. Contingencias e depositos	s juuiciais							Drovieão o	ara contingências			Denácito	s judiciais
							Rever		ara contingencias Reversão de Hono	rários de		Deposito	o juuluidis
Natureza					2017	Princ				mbência P	Pagamentos 2	018 2018	2017
1 - Fiscal					81.005		.643	- 5.188	(1.706)				9 62.861
1 1 COLING					40.054		.5 70		(07)			0.000 14.00	14.400

				Provisão	para contingêr	ıcias			Depósitos j	udiciais	1
			Reversão		Reversão de	Honorários de					1
Natureza	2017	Principal	principal	Atualizações	atualizações	sucumbência	Pagamentos	2018	2018	2017	ı
1 - Fiscal	81.005	3.643	_	5.188	(1.706)	_	_	88.130	69.049	62.861	1
1.1 - COFINS	18.851	_	_	314	(67)	_	_	19.098	14.998	14.469	ı
1.2 - COFINS alargamento da base	9.872	_	_	131	(1.474)	_	_	8.529	_	_	1
1.3 - INSS	6.853	287	_	250	_	_	_	7.390	8.862	8.204	ı
1.4 - IRPJ	1.663	_	_	256	_	_	_	1.919	836	815	1
1.5 - PIS alargamento da base	1.306	_	_	26	(165)	_	_	1.167	_	_	ı
1.6 - CSLL 6%	36.519	_	_	3.841	_	_	_	40.360	40.617	38.878	1
1.7 - INSS-PLR	291	_	_	6	_	_	_	297	_	_	ı
1.8 - IRRJ lei do bem	2.932	_	_	128	_	_	_	3.060	_	_	1
1.9 - CSLL lei do bem	2.316	_	_	102	_	_	_	2.418	_	_	ı
1.10 - INSS liminar judicial	402	3.201	_	134	_	_	_	3.737	3.736	495	1
1.11 - COFINS	_	133	_	_	_	_	_	133	_	_	ı
1.12 - PIS	_	22	_	_	_	_	_	22	_	_	1
2 - Trabalhista	1.046	211	(313)	113	(52)	-	(12)	992	538	486	ı
3 - Contingências cíveis	13.804	902	(4.341)	4.169	(1.238)	(1.033)	(629)	11.635	68	428	ı
4 - Sinistros e benefícios a conceder (*)	-	_	-	_	-	-	-	-	2.674	3.959	ı
<u>Total</u>	<u>95.855</u>	4.756	(4.654)	9.470	(2.996)	(1.033)	(641)	<u>100.757</u>	72.329	<u>67.734</u>	ı

(*) Refere-se a depósitos judiciais de ações relacionadas a sinistros e previdência.

1. Fiscal: 1.1 COFINS - Alterações na alíquota e na base de cálculo da COFINS, introduzidas pela Lei nº 9.718/98. MCTI e para o período de 2016 a Companhia aguarda retorno do MCTI. Foi realizada provisão em 2014, 2015, Foi obtida decisão parcial em relação aos pleitos formulados. Os valores não recolhidos a partir da obtenção do 2016 e 2017, e os valores estão sendo atualizados. 1.10 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre amparo legal, relativos aos meses de novembro de 1999 a agosto de 2003, estão provisionados e atualizados pela verbas trabalhistas. A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como probabilidade taxa SELIC. Os processos aguardam decisão na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Os valores relativos aos de perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal o de 2003 a dezembro de 2005 foram recolhidos. Os periodos de 2006 em diante e critos no item 1.2. A Companhia avalia a probabilidade de perda para esta ação sobre: a) as receitas de prêmios de seguro como provável; b) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota. 1.2 COFINS - A Companhia questiona o alargamento da base de cálculo da COFINS. Decisão parcialmente favorável. Os valores devidos, a partir do fato gerador de janeiro de 2006, não foram recolhidos e estão sendo provisionados com as seguintes probabilidades de perda sobre: (a) as receitas de prêmios de seguro como provável; (ii) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e (c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota. 1.3 INSS - A Companhia questiona a incidência da contribuição previdenciária sobre remunerações pagas ou creditadas a corretores de seguros à alíguota de 17.5% para fatos geradores de julho de 1996 a janeiro de 1999 e à alíguota de 22.5% a partir de fevereiro de 1999. Prognóstico de perda: provável. Todos os valores em discussão estão depositados judicialmente. **1.4 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica -** do ano-base de 1993 - Dedução integral da base de cálculo do imposto de renda da diferença entre os índices IPC e BTNF de 1990. A Companhia ingressou com medida cautelar, obtendo a suspensão da exigibilidade do débito em discussão, até o julgamento do recurso extraordinário interposto na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Prognóstico de perda: provável. 1.5 Alargamento da base de cálculo do PIS - Alargamento da base de cálculo prevista no artigo 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98. Liminar deferida. Os valores devidos, a partir do fato gerador de maio de 2007 até dezembro de 2009, não foram recolhidos e foram provisionados. Probabilidade de perda sobre: a) as receitas de prêmios de seguro como provável; b) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota. 1.6 Majoração de alíquota da CSLL - Medida Provisória nº 413/08 convertida na Lei nº 11.727/2008. O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada. Probabilidade de perda: provável. 1.7 INSS - Contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participação nos lucros do período de julho de 2006, janeiro e abril de 2007, e janeiro e abril de 2008. Aguarda julgamento de recurso. O processo tramita no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Prognóstico de perda: provável, **1.8 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica -** referente a incentivo fiscal - Lei do Bem. o período de 2014 foi aprovado parcialmente, o período de 2015 foi reprovado e interposto recurso administrativo pela Companhia ao Ministério da Ciência. Tecnologia e Inovação (MCTI) e para o período de 2016 a Companhia aguarda retorno do MCTI. Foi realizada provisão em 2014, 2015, 2016 e 2017, e os valores estão sendo atualizados. 1.9 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - referente a incentivo fiscal - Lei do Bem, o período de 2014 foi

remunerado; e considera como probabilidade de perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e grati ficação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, consequentemente, constituindo a provisão desses valores no exercício perfazem a quantia de R\$3.737. Cabe esclarecer que o aumento da reserva refere-se a verba e 13º salário, sempre paga no mês de dezembro de cada exercício. 1.11 COFINS - O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, definiu que o ICMS não compõe faturamento ou receita bruta das empresas, devendo ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS. Nossos assessores jurídicos entendem que, assim com o ICMS, o PIS e COFINS não devem compor sua própria base de cálculo. 1.12 PIS - O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, definiu que o ICMS não compõe faturamento ou receita bruta das empresas, devendo ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS. Nossos assessores jurídicos entendem que, assim com o ICMS, o PIS e COFINS não devem compor sua própria base de cálculo. 2. Trabalhista - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, transitando em diversas fases. Conforme avaliação dos assessores jurídicos, a classificação de perda provável ou possível monta o valor de R\$ 992. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável. 3. Contingências cíveis - A Companhia responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, a classificação das probabilidades de perdas provável e possível monta o valor de R\$ 11.635. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável. Contingência ativa: A Companhia moveu processo judicial indenizatório contra o Ministério das Comunicações, referente a prêmios e sinistros, e embora essa ação já tenha transitado em julgado favoravelmente à Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de liquidação da sentença. Na decisão judicial, foi declarado como incontroverso o valor de R\$ 53.083 milhões, determinando o pagamento via precatório a ser requerido ao TRF da 1ª região. No mês de junho de 2018, a procuradoria geral da União - interpôs recurso para discutir o critério de atualização do crédito ora comentado, solicitando, consequentemente, a suspensão da inclusão desse crédito da lista de pagamento de precatórios devidos pela União Federal, até a resolução dessa pendência. Este recurso encontra-se pendente de julgamento . Além deste recurso, o processo segue seu trâmite para apuração final do valor controverso, sendo que, de acordo com os cálculos preliminares dos peritos, o valor monta em aproximadamente R\$ 40.000. Em razão dos fatos acima comentados, a Administração entendeu que esse assunto deve ser monitorado periodicamente e que nesse momento a entrada de caixa não é praticamente certa e, portanto, tais montantes estão sendo apenas divulgados e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, aprovado parcialmente, o período de 2015 foi reprovado e interposto recurso administrativo pela Companhia ao em consonância com os preceitos do CPC 25.





COFINS

Taxa de fiscalização

Receitas com resseguro: Indenizações de sinistros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em	milhare	es de	reais)

			Sinistros e	Benefícios		
		2018			2017	
		Valor	Valor da		Valor	Valor da
Probabilidade de perda	Quantidade	reclamado	provisão	Quantidade	<u>reclamado</u>	provisão
Provável	226	4.521	9.924	388	10.093	21.531
Possível	337	18.975	14.502	248	12.176	7.343
Remota	334	21.877	28	472	22.264	11
Total	897	45.373	24.454	1.108	44.533	28.885
c. Movimentação de sinistros o	e benefícios jud	iciais				
-					201	<u>8</u> 2017
Saldo no início do exercício					24.08	6 27.375
Sinistros e benefícios pagos					(5.784	(2.487)
Constituições					26	9 1.534
Baixa da provisão por êxito					(2.968	(4.296)
Alteração de estimativas ou prob	abilidades				2.67	3 1.316
Alteração da provisão por atualiz	zação monetária	e juros			4.94	7 644
Saldo no final do exercício (*)	•	-			23.22	3 24.086
(*) Saldo líquido referente a coss		De 1 001 /I	DØ 4 700 on	2017)		

Contingências cíveis relacionadas a sinistros e benefícios (provisão de sinistros a liquidar)

a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 569.714 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 519.714 em 2017), representado por 5.230.794.392 ações nominativas, sendo 4.078.925.767 ordinárias e 1.151.868.625 preferenciais. • Capital social autorizado - De acordo com o Estatuto da Unimed Seguradora S.A. compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de ações até o limite do capital autorizado. O valor do capital social autorizado é de R\$ 600.000, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2012 e aprovação da SUSEP, por meio da Portaria SUSEP nº 5.047, de 26 de dezembro de 2012, ratificado por meio da Portaria SUSEP nº 299, de 30 de março de 2017, ratificado por meio da Portaria SUSEP nº 849, de 11 de abril de 2018. **b. Reserva legal:** Constituída após apuração do resultado do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. c. Reserva de investimento e capital de giro: A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia e no intangível, e acréscimo do capital de giro. A constituição da reserva de investimento e capital de giro pode ser dispensada ou diminuída por deliberação da Assembleia Geral, na hipótese de esta vir a decidir pela destinação de lucros para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. **d. Dividendos:** De acordo com o art. 35, § 1°, inciso II do Estatuto Social da Unimed Seguradora S.A., o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar: • Lucro líquido do exercício; • (-) Destinação de reserva legal de 5%; • Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos. •. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido: O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno, de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Capital Mínimo Requerido. A seguir, detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado da Companhia:

Patrimônio líquido	2018 1.161.047	2017 988.579
Ajustes contábeis:	(844.235)	(686.057)
Participações societárias:	(704.054)	(000 014)
Unimed Seguros Saúde S.A.	(731.254)	(632.614)
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	(83.745)	(32.166)
Unimed Saúde e Odonto S.A.	(11.179)	(9.758)
InvestCoop Asset Management Ltda.	(1.980)	(20)
Participação em empresas de outras atividades	(30)	(30)
Despesas antecipadas	(194)	(495)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(7.819)	(10.004)
Ativos intangíveis Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionadas à PPNG	(7.965) (69)	(10.994)
Ajustes econômicos	17.726	1.563
Superavit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	5.108	129
Superavit de lidxos de premios/contribuições não registrados apdiado no ra- Superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	11.650	555
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos	11.030	
até o vencimento	11.405	7.087
Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(10.436)	(6.208)
Patrimônio Líguido Ajustado (PLA)	334.538	304.085
Capital Mínimo Requerido (CMR)	135.662	115.371
Capital base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	135.662	115.371
Capital risco de subscrição	96.404	89.572
Capital risco de crédito	34.048	29.026
Capital risco operacional	1.707	1.569
Capital risco de mercado	39.997	18.975
Redução por correlação dos riscos	(36.494)	(23.771)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	135.662	115.371
Suficiência de capital	198.876	188.714
Suficiência de capital (%)	59 %	62%
Os ajustes associados à varição dos valores econômicos estão apresentados líquidos	dos efeitos tri	ibutários de

IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016. A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta índice de liquidez de 65,59%. f. Ações em tesouraria: Os valores contidos em ações de tesouraria referem-se à recompra de ações de acionistas. A aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria, será efetuada quando não houver interesse de compra por outro acionista ou por determinação judicial.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 6.225 (R\$ 5.977 em 31 de dezembro de 2017). As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:
(a) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencéntes ao sistema cooperativo Únimed e com a Unimed Clube de Seguros Ltda., e Unimed Corretora de Seguros Ltda. (b) Despesas de seguro-saúde e odontológico com as suas controladas Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Saúde e Odonto S.A. (c) Receita com prêmio de seguro de vida e previdência com as suas controladas Unimed Seguros Saúde S.A., Unimed Saúde e Odonto S.A. e Unimed Seguros Patrimoniais S.A., sua controladora Unimed Participações S.A., as empresas relacionadas ao Sistema Cooperativo Unimed (Unimed do Brasil e h. Receitas e despesas financeiras Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais) e acionistas minoritários. (d) Recuperação de custos pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com as empresas do grupo Seguros Unimed. (e) Despesas com sinistros ocorridos com acionistas minoritários da companhia. (f) Despesas com resgate / benefício / portabilidade com acionistas minoritários da Companhia. (g) Dividendos a receber da controlada Unimed Saúde S.A. (h) Outras Despesas Operacionais com a controlada Unimed Patrimoniais S.A. (i) Receita com Portabilidade Aceità de Planos de Previdência com acionistas minoritários. (j) Dividendos a pagar

para acionistas minoritários. (k) Despesa co					a payai
Ativo			Passivo	2018	2017
Prêmios a receber (c)			Dividendo a pagar (j)		
Federação Interfederativa do Estado de MG	3	3	Acionistas minoritários	506	482
Unimed do Brasil	33	28	Outras contas a pagar	1.300	_
			Débitos de operações (a)		
Acionistas minoritários	2.840	2.669	Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	389	185
			Débitos de operações com		
			seguros e resseguros (a)		
			Unimed Clube de Seguros Ltda.	24	114
			Acionistas minoritários	70	28
Títulos a receber (d)			Provisão de sinistros a liquidar (e))	
Unimed Saúde e Odonto S.A.	221	223	Acionistas minoritários	357	1.001
Unimed Seguros Saúde S.A.	4.011	3.927			
			Provisão matemática de		
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	82	70	benefícios a conceder (f)		
			Acionistas minoritários	105.340	<u>97.953</u>
Dividendos a receber (g)					
Unimed Seguros Saúde S.A.		_7.389			
Total ativo	<u>17.491</u>	<u>14.309</u>	Total passivo	<u>107.986</u>	<u>99.763</u>
Receita (c)	2018	2017	Despesa	2018	2017
Prêmios emitidos			Sinistros ocorridos (e)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.098	1.151	Unimed Seguros Saúde S.A.	496	385
Unimed Saude e Odonto S.A.	13	12	Acionistas minoritários	4.359	4.010
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	5	5			
Federação Interfederativa do Estado de MG	170	169	Despesas de comercialização (a)		
Unimed Participações S.A.	81		Unimed Clube de Seguros Ltda.	895	1.408
Unimed do Brasil	365		Unimed Corretora de Seguros Ltda.	15	16
Acionistas minoritários	99.345	95.703	Acionistas minoritários	9.959	4.831
			Outras despesas operacionais (h)		

Unimed Seguros Patrimoniais S.A

Arrecadação de planos de previdência (c)			Resgates/Benefícios/ Portabilidades cedidas (f)		,		
Unimed Seguros Saúde S.A.	495	535	Acionistas minoritários	2.438	3.672		
Unimed Saude e Odonto S.A.	34	40					
Acionistas minoritários	10.632	11.331	Despesas administrativas (b)				
			Unimed Seguros Saúde S.A.	4.882	3.983		
Portabilidades aceitas de planos de pre	evidência	ı (i)	Unimed Saúde e Odonto S.A.	13	16		
Acionistas minoritários	1.137	577	Demais administradores	6.225	5.977		
			Despesa com Publicidade e Prop	aganda (k)		
Recuperação das despesas administra	tivas (d)		Fundação Unimed	1.300	_		
Unimed Saúde e Odonto S.A.	2.538	2.525					
Unimed Seguros Saúde S.A.	37.960	34.588					
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	683	1.050					
Total receita	154.556	148.023	Total despesa	<u>31.647</u>	<u> 26.461</u>		
23. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO							

a. Prêmios emitidos		
	2018	2017
Prêmios emitidos	539.792	501.771
RVNE	1.268	1.422
Prêmios de cosseguros cedidos a congêneres	284	(104)
Prêmios restituídos	(714)	(742)
Total	<u>540.630</u>	<u>502.347</u>
b. Sinistros ocorridos		
	2018	2017
Indenizações avisadas	(249.878)	(219.431)
Despesas com sinistros	(1.314)	(3.496)
Despesas com serviços de assistência	(2.480)	(2.471)
Ressarcimentos	14	65
Recuperação de sinistros	(140)	(368)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(3.700)	(2.222)
Despesas com benefícios	(84)	(99)
Variação de PDR de IBNR	(1.634)	(397)
Total	<u>(259.216)</u>	<u>(228.419)</u>
c. Custo de aquisição		
	2018	2017
Comissões sobre prêmios emitidos	(83.452)	(77.534)
Comissões de agenciamento	(4.803)	(2.426)
Recuperação de comissões de cosseguro	-	52
Variação das despesas de comercialização diferidas	104	(10.405)
Despesas com pró-labore	(17.236)	(16.435)
Despesas com administração de apólices Total	(322) (105.709)	(96.342)
iotai	(105.709)	(90.342)

d. Outras receitas e despesas operacionais		
	2018	2017
Provisão para redução ao valor recuperável	(812)	74
Despesas contingências	(913)	(722)
Receitas contingências	4.370	484
Receitas com operações de seguros	976	404
Despesas com encargos sociais	(287)	(450)
Outras despesas com operações de seguros	(2.117)	(1.493)
Despesas com provisões	(364)	(516)
Total	853	(2.219)
e. Resultado com operações de resseguro		

1.688

2.214

7.652

(12.944)

(1.727)

(2.556)

(1.487)

(18.714)

(9.514)

(1.528)

(2.022)

(1.511)

79.172

111.771

111.937

(14.575)

Despesas relacionadas a sinistros	33	44
Variação da provisão de IBNR	371	(571)
Variação da provisão de despesas relacionadas de IBNR	4	` i
Receita com participação nos lucros	771	_
Despesas com resseguro:	(10.313)	(10.366)
Prêmios de resseguro cedido	(10.300)	(10.220)
Prêmios de resseguro RVNE	(237)	(113)
Variação das despesas de resseguro diferido	82	53
Outros resultados com operação de resseguro	131	(86)
Despesas com resseguro	11	
Total Seguros	(2.661)	<u>(8.678)</u>
Receitas com resseguro de previdência:	403	_
Indenização de benefícios	403	_
Despesas com resseguro de previdência:	(977)	(4)
Contribuições de resseguro	(977)	(4)
Total Previdência	(574)	(4)
Total	(3.235)	(8.682)
4 Decrease administrations		

n Boopeoue auminotrativae		
	2018	2017
Despesas com pessoal próprio	(64.490)	(60.130)
Serviços de terceiros	(36.924)	(27.494)
Localização e funcionamento	(20.686)	(18.113)
Publicidade e propaganda	(13.711)	(8.901)
Outros	(1.258)	(3.253)
Total	<u>(137.069)</u>	<u>(117.891)</u>
g. Despesas com tributos		
•	2018	2017

	Receitas	2018	2017
,	Receitas com títulos privados	16.037	15.607
	Valor justo por meio do resultado	84	1.492
•	Disponível para venda	7.454	7.480
	Mantidos até o vencimento	8.499	6.635
•	Receitas com títulos públicos	13.078	16.710
	Valor justo por meio do resultado	463	3.937
	Disponível para venda	3.624	5.174
	Mantidos até o vencimento	8.991	7.599
	Receitas com fundos de investimentos	87.344	84.761
	Valor justo por meio do resultado	87.064	84.320
	Mantidos até o vencimento	280	441
	Receitas financeiras com depósitos judiciais	2.341	3.760
	Receitas com créditos tributários	204	802

Receitas com créditos tributários	204	802
Outras receitas financeiras	40	40
Total receitas financeiras	119.044	121.680
Despesas		
Despesas com fundos de investimentos	(1.318)	(675)
Disponível para venda	(997)	(28)
Mantidos até o vencimento	(321)	(647)
Despesas com fundos de investimentos	(14.259)	(1.495)
Valor justo por meio do resultado	(11.747)	(1.334)
Mantidos até o vencimento	(2.512)	(161)
Despesa financeira com operações de seguros	(4.076)	(327)
Despesa financeira com provisões técnicas - VGBL	(10.891)	(8.393)
Despesa financeira com provisões técnicas - Previdência complementar	(67.302)	(72.014)
Despesa financeira com operações de previdência - Judicial	(6)	(58)
Juros e atualização monetária sobre provisões judiciais	(6.474)	(6.647)
Outras despesas financeiras	(131)	(26)
Total despesas financeiras	<u>(104.457)</u>	(89.635)
Resultado financeiro	14.587	32.045
i. Resultado patrimonial		
	2018	2017
Receita de aluguel com imóveis de renda	161	165



1.065 2.163 **Total**

Resultado de equivalência patrimonial



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						Impo	sto	Contrib	uição
a. Despesas com imposto de renda e contribuição social						de Re	enda	Soc	ial
	Impo	osto	Contrib	3		2018	2017	2018	2017
	de Re		Soc		Juros sobre capital próprio	(25.000)	(22.000)	(25.000)	(22.000)
	2018	_2017_	2018	_2017_	Receita de atualizações com depósitos judiciais	(2.771)	(1.452)	(2.771)	(1.452)
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	lo <u>155.689</u>	152.598	155.689	152.598	Base de cálculo	25.014	60.897	25.014	60.897
Adições:					Imposto de renda e Contribuição social	(3.752)	(9.135)	(5.003)	(12.179)
Provisão para contingências	4.902	7.861	4.902	7.861	Adicional 10%	(2.477)	(6.066)	_	-
Provisão para risco de créditos	840	6	840	6	Patrocínio	35	501	_	-
Brindes e patrocínio	1.865	1.749	1.865	1.749	Outros	150	365		
Programa de participação no resultado	1.175	1.063	1.175	1.063	Tributos correntes	<u>(6.044)</u>	<u>(14.335)</u>		(12.179)
Outras	85	244	85	244	Tributos diferidos	1.036	1.869	622	(1.421)
	65	244	65	244	Outros tributos diferidos	(=)	(1.294)	(4)	(1.094)
Exclusões:					Resultado imposto de renda e contribuição social	(5.008)	<u>(13.760)</u>	(4.385)	(14.694)
Equivalência patrimonial	(111.771)	(79.172)	(111.771)	(79.172)	Alíquota efetiva	3,22%	9,02%	2,82%	9,63%
\									,

DIRETORIA

Helton Freitas	Adelson Severino Chagas	Agenor Ferreira da Silva Filho	Luiz Paulo Tostes Coimbra	Tajumar Custódio Martins
Diretor-Presidente	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor
	ATUÁRIA		CONTADOR	

Lara Cristina da Silva Facchini - Atuária - MIBA - 1118

Vinicius Negrini de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia"), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes. Os trabalhos realizados do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Adminis-tração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia. O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. No cumprimento de suas atribuições, o Comitê participou de reuniões com Contabilidade, Financeiro, Controladoria, área de Tecnologia da Informação, Jurídico, Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Emissão e Faturamento, Resseguros, Atuarial, Regulação de Sinistros e auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes

pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão da Administração, indicativo de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Comitê entende que o sistema de controles internos da Unimed Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela KPMG Auditores Independentes. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado, revisado o plano anual de trabalho e acompanhado os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, tendo debatido com os auditores independentes e com a Administração as práticas contábeis relevantes utilizadas. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras da Unimed Seguradora S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019 Comitê de Auditoria Marcos Valério Luiz Roberto Cafarella Coordenador

Fernando Ramos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

trações financeiras individuais da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimo- nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realimutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspráticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de nham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais , a não ser que a que identificamos durante nossos trabalhos. Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa rea lista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Respon**sabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais: Nossos objetivos são KPMG Auditores Independentes obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de CRC 2SP014428/O-6

Aos Conselheiros e Diretores da: Unimed Seguradora S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demons- distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das zada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da pectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos enten-Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e dimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriacumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência dos às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompa-** da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Adé responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre ministração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou con-dições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

KPMG

Érika Carvalho Ramos Contadora - CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

nados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Unimed Segura- cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sidora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a nistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de desses controles internos da Unimed Seguradora S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficien-Seguros Privados - CNSP. Responsabilidade da Administração: A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as nados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágraresseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de reten- concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes cão estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimen- 04711-904 tos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante São Paulo - SP - Brasil

Ao Conselheiros e Diretores da: Unimed Seguradora S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacio- demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade te e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões mo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Unimed Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecio capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com fo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros São Paulo. 22 de fevereiro de 2019

KPMG

Joel Garcia Atuário MIBA 1131

CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, Torre A





PARECER	DOS A	TUÁRIOS	INDEPENDENTES
PARECER	DUS A	I UAKIUS	INDEPENDENTES

→ continuação PARECER	DOS ATUÁI	RIOS INDEPENDENTES	
Anexo I Unimed Seguradora S.A.		Demonstrativo da Solvência Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	31/12/2018 334.538
(Em milhares de Reais)		Exigência de Capital (CMR) (b)	135.662
Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores Total de provisões técnicas Total de provisões técnicas	31/12/2018 1.313.782	Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b) Ativos Garantidores (d)	198.876 1.397.257
Total de provisões técnicas auditadas Total de ativos de resseguro Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	1.313.782 3.107 2.581	Total a ser Coberto (e) Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e) Ativos Líquidos (q)	1.308.275 88.982 88.982
Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas Provisões Técnicas auditadas (a)	31/12/2018 1.313.782	Capital de Risco (CR) (h) Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	135.662 <u>65,6%</u>
Valores redutores auditados (b) Total a ser coberto (a-b)	5.507 1.308.275	(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 3	21/2015 e modifica-
3. <u>Demonstrativo do Capital Mínimo</u> Capital-Base (a)	31/12/2018 15.000	ções é de, no mínimo, 20%.	
Capital de Risco (CR) (b) Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	135.662 135.662	5. <u>Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</u> 0929, 0969, 0977, 0982, 0987, 0990, 0993, 1061, 1198	31/12/2018 8.283

SANTA GIANNA CENTRO HOSPITALAR S/A CNPJ/MF nº 05.876.878/0001-09

			CNPJ/MF nº 05.876.878/0001-09	0 . 1. 00	4-7	
Balanço Patrimonial	Demonstraço 2018	es Conta 2017	ibeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 201 Balanço Patrimonial	8 e de 20 2018	17 (valor 2017	es em milhares de reais) Demonstra
Ativo	8.330		Passivo	8.330	5.137	Despesa/Receita Opera
Circulante	358	582		725	77	Receita Operacional
Disponível	250	517	Obrigações	725	77	Despesas Financeiras
Bancos Sicob	100	52	Obrigação com Pessoal	22	13	Receitas Aplicações Fir
Aplicações Sicob	150	465	Encargos sociais	24	12	Outras Receitas Financ
Outros Créditos	108	65	Impostos e Contribuições	4	1	(-) Despesas
IRRF a Recuperar	5	-	Provisões e Encargos	59	19	(-) Despesas
Adiantamento para Compras	1	-	Fornecedores Diversos	111	32	Pessoal
Adiantamentos/Comissões Despesa com Construções a Apropriar	42 60	54 11	Depósitos de Terceiro	505 246	246	Despesas com Serviços
Ativo Não Circulante	7.972	4.555	Passivo Não Circulante Exigível a Longo: Provisões após Tributos	246	<u>246</u> 246	Despesas com Localiza Despesas Comerciais
Investimentos	1	1	Patrimônio Liquido	7.359	4.814	Despesas Tributarias
Imobilizado - Tangível / Imobilizado Diversos	7.969	4.553		5.895	5.895	Despesas Gerais Admir
Construção em Andamento	5.938	2.550		2.277	2.277	Resultado Operacional
Móveis/Máquinas/Equipamentos	3	3	Reservas de Lucros e/ou	(336)	(316)	(-) Despesas
Terrenos	2.000	2.000	(-) Capital Social a Integralizar	(2.741)		(=) Prejuízos do Períod
Veiculo	28	-	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	63	63	Demonstraçã
Imobilizado Intangível: Marcas e Patentes	2	2	Reserva de Agio	2.201	693	Atividades Operaciona
Notas Explicativas às Demonstrações Cont			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido		2017	Redução de Outros Adia
racional: O Santa Gianna Centro Médico Hosp			Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12	4.814	1.335	Encargos sociais
tem por objeto social o atendimento hospitalar, o			Prejuízo	(21) 2.566		Pagamento de Forneced
formas. O Santa Gianna encontra-se em construracional, sendo todos os recursos aportados de			Integralização de Capital Social Ajuste Patrimonial	2.500	4.310 2.277	Depósitos de Terceiros
suas instalações, cuja conclusão está prevista pa			Capital social a Integralizar	_	(3.042)	Pagamento de Funcioná
sendo financiada com recursos próprios, por me			Total	7.359	4.814	Outros Débitos
pital, planejada para se concretizar ao longo da o			valor total subscrito, representando um adiantamento que			Adiantamento de Capital Redução de outros crédi
trações contábeis foram aprovadas pela adminis	tração para public	ação em				Atividades Financiame
fevereiro de 2019. 2. Principais Práticas Cont						Atividade de Investime
contábeis individuais foram preparadas de acord				17 - Sald		Ajuste Patrimonial
beis adotadas no Brasil, que compreendem aque					2.000	Capital Social
societária brasileira e nos pronunciamentos, ori					2.549	Provisão para I.R. e C.S.
emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Con pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e					2	Capital Social a Integrali
de com as normas internacionais de contabilida	•				4.552	Adiantamento para Futu
Reporting Standards - IFRS). As demonstrações				2018		Reserva de Agio
das de acordo com as diversas bases de avaliaç				22		Imobilizado
vas contábeis resumidas a seguir: a) Instrument				23	12	Redução Líquido em C
ções financeiras se concentram em renda fixa co	m liquidez imediat	a, sendo	Provisão para férias	42	14	Conciliação Saldos: Sa Redução do Caixa/Banc
demonstradas ao custo acrescido dos rendimento			Provisão encargos sociais sobre férias	15		Saldo Final do Caixa/Bai
demonstrações contábeis. b) Redução ao valo				102		
Os ativos não circulantes são anualmente anali						são de novos acionistas, de R\$ 1,32 por ação inte
para se identificar evidências de eventual perda						serva de ágio será utiliza
necessário, uma provisão para perda é reconheci perda eventual for revertida a provisão é reduzida				2018 65		10. Adiantamento para
zado: Imobilizado composto por terrenos e const				181		2016 e 2017, os quotista
perspectiva de ser finalizada em até 3 anos. Foi e			ii ii o Biichdo	246		do hospital e outros gast
nial no terreno e edificações como adoção inicia			8. Capital Social: O capital social subscrito em 31/12/201			para aumento de capital
contábeis adotadas no Brasil, e aprovado pelos						11. Despesas Gerais e
Provisões: As provisões são reconhecidas qua	ndo existe uma o	brigação	zado em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:	2018	2017	Serviços prestados por t
presente, legal ou não, formalizada como result				5.895	5.895	Contabilidade auditoria e
e é provável que uma saída de recursos seja					(3.798)	Elaboração de Plano de
obrigação e uma estimativa confiável do valor pos				3.154	2.096	Publicações/Publicidade Despesas com Locação
renda e contribuição sociai: A provisão para im lída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de			A A.G.E. realizada em 1º/6/2017, aprovou o aumento de			Outras despesas
superior a R\$ 240 mil. A provisão para a contribu			P			Canas acopocas
alíquota de 9% calculada com base no lucro anti						12. Outras receitas: Re
Adiantamento de Comissões: O contrato de C					0000000	credor, gerando um gant
firmado entre o Santa Gianna e o investidor esta			Quantidade de ações Cap		ralizado	13. Instrumentos finan
das ações adquiridas, a ser integralizado em 48 p					1.585	financeiros com liquidez
tidores pagam 5% do valor total para cobrir os			Integralização de capital até 31 de dezembro 455		512	prazos inferiores a 3 me
venda, também dividido em 48 parcelas. Por seu			Saldo em 31/12/2018 2.552		2.097	valores de realização.
ção de Serviços de levantamento cadastral de no						
que a primeira parcela da cobertura de custos ca	<u> </u>		para R\$ 5.895, a ser subscrito em 48 parcelas mensais, p			Marcos Gimenes do Na
Parager de Concelho Eigeal: Née abaixe assing	ados mambros af	ativos do	Contábeis do Exercício encerrado em 31/12/2018, e respe	ectivas not	tas expli-	tabilidade e do arquivo. F
Parecer do Conselho Fiscal: Nós abaixo assina						
Conselho Fiscal da "Santa Gianna Centro Hospital mandato de junho/2017 a maio/2019, tendo exal	alar S/A", com exe	rcício de	cativas, bem como a documentação a ele relativa, somos	de parece	er favorá-	Pulicano - CPF 138.516 752.374.906-20; Daniel

Obrigações 725 77 Obrigação com Pessoal 22 13 Encargos sociais 24 12 Impostos e Contribuições 4 1 Provisões e Encargos 59 19 Fornecedores Diversos 111 32 Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 246 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 246 246 Patrimônio Liquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Prejuízo 4.814 1.335 Prejuízo 2.01 (6) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310
Encargos sociais 24 12 Impostos e Contribuições 4 1 Provisões e Encargos 59 19 Fornecedores Diversos 111 32 Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 246 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 246 246 Patrimônio Liquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.566 4.310
Impostos e Contribuições 4 1 Provisões e Encargos 59 19 Fornecedores Diversos 111 32 Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 246 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Valor total subscrito, representando um adiantamento que será descentado das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital
Provisões e Encargos 59 19 Fornecedores Diversos 111 32 Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 246 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 246 246 Patrimônio Liquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Valor total subscrito, representando um adiantamento que será descentado a da valo parce de integralização do capital será do capital será de capital será de capital será de capita
Fornecedores Diversos 111 32 Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 246 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 7.359 4.814 Patrimônio Liquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (398) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.01 693 Patrimónical de Património Acumulado até 31/12 2018 2017 Saldo Inicial de Património Acumulado até 31/12 (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.314 Valor total subscrito, representando um adiantamento que será describando a longo do prazo de integralização do capital 7.359 4.814 Valor total subscrito, representando coma diantamento que será describando a longo do prazo de integralização do capital 2017 - Saldo incial 5.100
Depósitos de Terceiro 505 - Passivo Não Circulante 246 248
Passivo Não Circulante 246 247 Exigível a Longo: Provisões após Tributos 246 246 Patrimônio Liquido 7,359 4,814 Capital Social 2,277 2,277 Reservas de Capital 2,277 2,277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar 63 63 Reserva de Ágio 2,201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquit 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4814 1,335 Prejuízo (21) (66) 1 Prejuízo 2,566 4,310 Ajuste Patrimonial 2,566 4,310 Ajuste Patrimonial 2,566 4,310 Capital social a Integralizar 7,359 4,814 Ajuste Patrimonial
Exigível a Longo: Provisões após Tributos 246 2476 Patrimônio Líquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquitor 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Valor total subscrito, representando um adiantamento que será descritado das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado a longo do prazo de integralização do capital valor total subscrito, representando acumulado ac
Patrimônio Liquido 7.359 4.814 Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (3636) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.017 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquitor 2018 82017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/2 (21) (66) Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Valor total subscrito, representanto um adiantamento que será descritado de Agrapacelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado a longo do prazo de integralização do capital 5.00 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18
Capital Social 5.895 5.895 Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.277 2.277 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento que será descritados 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital social capital dos capital socials do capital social de capital
Reservas de Capital 2.277 2.277 Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquid 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é combado as 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é combado as 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é combado as 40 progo do prazo de integralização do capital do capital do servica do capital do servica do capital do servica do capital do
Reservas de Lucros e/ou (336) (316) (-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 68 68 692.001 2.0
(-) Capital Social a Integralizar (2.741) (3.798) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 63 Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento que será descontado das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos robres acionistas. 5.Imobilizado 2018 - Saldo Final 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000 2.000 2.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 63 (63) (693) Reserva de Ágio 2.011 693 (693) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido (75 saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 2018 (21) (86) 8.314 Prejuízo (21) (66) (11) (66) (11) (12) (12) (12) (12) (12) (12) (12)
Reserva de Ágio 2.201 693 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar - 2.3042) Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativa, que é combado as 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativa, que é combado ao longo do prazo de integralização do capital do revos acionistas. 5. Imobilizado 2018 - Saldo Final 2017 - Saldo Incial Terrenos 2.000 2.000
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido 2018 2017 Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar - 3.042) Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novas acionistas. 5.Imobilizado 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000
Saldo Inicial de Patrimônio Acumulado até 31/12 4.814 1.335 Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social Ajuste Patrimonial 2.566 4.310 Capital social a Integralizar - (3.042) Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos notacionistas. 5.Imobilizado 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000
Prejuízo (21) (66) Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Valor total subscrito, representanto um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos robres activativas. sobre propensado de capital dos robres de sobres de sobres. 5. Imbóliizado 2018 - Saldo Final dos propensados de capital dos capital dos propensados de
Integralização de Capital Social 2.566 4.310 Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar 7.359 4.814 Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado 2018 - Saldo Final 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000
Ajuste Patrimonial - 2.277 Capital social a Integralizar - 3.042) Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital do sacionistas. 5.Imobilizado 2018 - Saldo Final 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000 2.000
Capital social a Integralizar - (3.042) Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado 2018 - Saldo Final Terrenos 2.000 1017 - Saldo Inicial
Total 7.359 4.814 valor total subscrito, representando um adiantamento que será descontado das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado 2018 - Saldo Final Zeronos 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000
valor total subscrito, representando um adiantamento que será descontado das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado Terrenos 2.000 2.000
das 47 parcelas subsequentes. Essa prática gera um ativo, que é compensado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado Terrenos 2.000 2.000
sado ao longo do prazo de integralização do capital dos novos acionistas. 5. Imobilizado Terrenos 2.000 2017 - Saldo Inicial 2.000
5. Imobilizado 2018 - Saldo Final 2017 - Saldo Inicial Terrenos 2.000 2.000
Terrenos 2.000 2.000
Construção em andamento 5 938 2 549 I
Máquinas e equipamentos 3 2
Veículos 28 -
Total Imobilizado 7.969 4.552
6. Provisões Trabalhistas 2018 2017
Salários a pagar 22 13
Encargos sociais a pagar 23 12
Provisão para férias 42 14
Provisão encargos sociais sobre férias 15 5
102 44 l
7. Imposto Diferido: Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social
sobre lucro líquido calculada sobre o ajuste patrimonial e diferido para pa-
gamento quando de sua realização. 2018 2017

(21) 78 (7) Despesa/Receita Operacional 30 (1) Receita Operacional Despesas Financeiras Receitas Aplicações Financeiras 26 Outras Receitas Financeiras 62 (-) Despesas (99)(95) -) Despesas (99) (95) Pessoal (74)Despesas com Serviços Terceiros (73)Despesas com Localização e Funcionamento (6) (7) (6) Despesas Comerciais Despesas Tributarias (6) Despesas Gerais Administrativas Resultado Operacional 78 30 (-) Despesas (99)(95)(21) (=) Prejuízos do Período Demonstrações do Fluxo de Caixa 2018 2017 Atividades Operacionais - Total (605) Redução de Outros Adjantamentos 65 (15)Encargos sociais (13)Pagamento de Fornecedores (32)Depósitos de Terceiros (505)(13)Pagamento de Funcionários (9) Outros Débitos (40)(19)Adiantamento de Capital 62 Redução de outros créditos Atividades Financiamentos - Total: Redução Resultados 66 (630) (2.277) Atividade de Investimentos - Total 851 Aiuste Patrimonial Capital Social (4.310)Provisão para I.R. e C.S.L.L. Diferidos Capital Social a Integralizar (1.058)3.798 Adiantamento para Futuro Aumento Capital (63)Reserva de Ágio (1.508)(693)Imobilizado 3.417 Redução Líquido em Caixa/Bancos 267 (515)Conciliação Saldos: Saldo em Caixa/Bancos início do ano 517 Redução do Caixa/Bancos no ano 267 Saldo Final do Caixa/Bancos no final do ano 250 são de novos acionistas, que pagaram R\$ 2,32 por ação, gerando um ágio

Demonstrações de Resultados

2018

2017

de R\$ 1,32 por ação integralizada, que é destinado à reserva de ágio. A reserva de ágio será utilizada, oportunamente, para aumento do capital social 10. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: Ao longo de 2016 e 2017, os quotistas fizeram aportes de recursos para manter as obras do hospital e outros gastos. Esse saldo deverá ser utilizado oportunamente para aumento de capital, com relação de uma ação a R\$ 1,00

11. Despesas Gerais e Administrativas 2018 2017 Servicos prestados por terceiros de consultoria e assessoria Contabilidade auditoria e advocacia 53 46 Elaboração de Plano de Negócios 14 21 Publicacões/Publicidade Despesas com Locação e Funcionamento 10 9 Outras despesas 98 89 12. Outras receitas: Refere-se a comissão a pagar que foi perdoada pelo

credor, gerando um ganho extraordinário e não recorrente. 13. Instrumentos financeiros: O Santa Gianna opera com instrumentos financeiros com liquidez imediata ou com vencimento, em sua maioria, em

prazos inferiores a 3 meses. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. Mário Arias Martinez-Presidente; Adozinda Bueno Vilela-1º Tesoureiro Marcos Gimenes do Nascimento-Técnico Contábil-CRC1SP 22 1417/O-0

TINO PARTICIPAÇOES S/A

53; e Ana Maria Clá Zambon Antonio, CPF n° 153.603.288-35. Presidente: Sr. Marcio Calfa Antonio, Secretária: Ana Maria Clá Zambon Antonio. Aprovado o quanto segue: I. Elevar o capital social da empresa em R\$ 270.000,00, passando para R\$ 280.000,00, distribuídos aos sócios na seguinte proporção: Sócios: Márcio Calfa Antonio; Quotas: 266.000; Valor: R\$ 1,00; Total: R\$ 266.000,00. Sócios: Ana Maria Clá Zambon Antonio; Quotas: 14.000; Valor: R\$ 1,00; Total: R\$ 14.000,00. Total: Quotas: 280.000; Total: R\$ 280.000,00. II. Transformar a Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima Fechada. As atuais 280.000 quotas são convertidas obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei no 6.404/76. Artigo 11. Os eleitos terão sua remuneração fixada, em 280.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada, neste ato atribuídas aos atuais sócios, passando a condição de acionistas, na mesma proporção das quotas por eles possuídas, sem qualquer acréscimo ou prejuízo. III. Homologar a transformação, passando a ser regida pelo seguinte Estatuto Social, o qual é aprovado: Estatuto Social: Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º. A Companhia é uma Sociedade Anônima Fechada e girará sob a denominação de Tino Participações S/A, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Borges Lagoa, nº 1.220, Sala 02, Vila Mariana, CEP 04038-003, regendo-se pelo presente Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e demais dispositivos legais aplicáveis e regulamentadores, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou depósitos fechados, em qualquer parte do território nacional e no exterior a critério dos acionistas. Artigo 2º. A Companhia tem por objetivos sociais a administração de participações societárias. Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Do Capital Social, Acionistas e Ações: Artigo 4º. O capital social é de R\$ 280.000,00 subscritos e realizados neste ato em moeda corrente do Pais, divididos em 280.000 ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada. Artigo 5º. Cada ação ordinária nominativa dará direito a 1 voto nas deliberações da Assembléia Geral. Artigo 6º. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações em caso de aumento do capital da companhia, respeitada a proporção do número e espécie das que já possuírem, salvo os aumentos decorrentes de investimentos efetuados na forma da Lei, na forma deste Estatuto. **Artigo** 7°. O acionista detentor de ações ordinárias não poderá transferir, ceder, vender, doar, ou de qualquer forma alienar suas ações a pessoas estranhas, sem antes oferece-las ao outro acionista portador de acões ordinárias que, em igualdade de condições, terá direito de preferência para a aquisição. As ações serão avaliadas com base no patrimônio liquido da Companhia e, caso não seja possível tal avaliação, as mesmas serão avaliadas judicialmente. Capitulo III. Da Diretoria: Artigo 8º. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de dois Diretores, sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, por maioria de votos dos acionistas ou de seus procuradores, que representarão a Companhia em conjunto e/ou isoladamente. Artigo 9º. O prazo de mandato da Diretoria será de três anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do artigo 143 da Lei nº6.404/76. Artigo 10. Compete à Diretoria representar a Companhia em juízo ou fora dele, firmar documentos relativos à administração social, autorizar pagamentos, receber e dar quitações em nome da Companhia, contrair obrigações

Ata da Reunião de Sócios para Aumento do Capital Social e para a Transformação do Tipo Jurídico

15/08/2013, às 16h, na sede, reuniram-se os sócios, neste caso dispensada as formalidades de convocação nos que se contenham nos atos de simples gestão, assinar balanço geral e relatório anual das atividades do exercício, termos da Lei, estando presente a totalidade do capital social, a saber: Márcio Calfa Antonio, CPF nº 939.436.798- planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de apoio administrativo e da área financeira da empresa, fixando políticas de gestão e recursos financeiros disponíveis, estruturação, racionalização e adequação dos serviços de apoio administrativo tendo em vista os objetivos da Companhia, bem como a representação da Companhia e a prática de todos os atos necessários ao seu regular funcionamento perante todos os órgãos da Administração Pública e a terceiros. § 1º. No caso do Diretor não ser acionista, qualquer acionista poderá prestar caução. § 2º. A participação no lucro somente será aplicável nos exercícios sociais em que, for pago aos acionistas o dividendo anualmente, pela Assembléia Geral, de forma global, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76. Capitulo IV. Da Assembléia Geral: Artigo 12. A Assembléia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. Artigo 13. A Assembléia Geral dos Acionistas é soberana, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos, ressalvadas as exceções legais. Artigo 14. O local das reuniões da Assembléia Geral dos Acionistas será sempre a sede da Companhia, salvo motivos de força maior que impeçam ou dificultem os trabalhos, ocorrendo tal fato, os acionistas decidirão o local. Capitulo V. Do Exercicio Social: Artigo 15. O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31/12 de cada ano (outra poderá ser a data do encerramento do exercício, conforme for a manifestação do interesse dos fundadores e acionistas). Artigo 16. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da Companhia, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Artigo 17. Do lucro liquido do exercício, depois de deduzidas as participações, serão destinados 5%, antes da distribuição de qualquer dividendo, para a constituição da Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/76, e o saldo ficará a disposição da Assembléia Geral que estudará e deliberará sobre a destinação que tenha sido inserida na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Artigo 18. Os dividendos não reclamados dentro de três anos, a contar da data do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia. Capitulo VI. Da Liquidação: Artigo 19. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo, a Assembléia Geral dos Acionistas estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes. IV. Eleger, com mandato de 3 anos, os membros da Diretoria, a saber: Márcio Calfa Antonio, para o cargo de Diretor; e Ana Maria Clá Zambon Antonio, para o cargo de Diretora. A remuneração global anual da Diretoria será de no mínimo R\$ 16.272,00, a ser distribuída conforme oportuna definição da Diretoria. V. Determinar que as publicações da Companhia serão efetuadas no Diário Oficial do Estado e no jornal Diário de São Paulo. Nada mais. São Paulo, 15/08/2013. Márcio Calfa Antonio - Sócio e Presidente da Mesa; Ana Maria Clá Zambon Antonio - Sócio e Secretária da Mesa.

Contábeis do Exercício encerrado em 31/12/2018 e respectivas notas expli- tabilidade e do arquivo, Franca/SP, 25/2/2019, Luana Mara Maciel Machado cativas, bem como a documentação a ele relativa, somos de parecer favorá- Pulicano - CPF 138.516.958-36; Jucilaine Custodio da Silva Borges - CPF vel que as mesmas sejam aprovadas pela A.G.O., pois são reflexos da Con- 752.374.906-20; Daniel Joaquim de Oliveira - CPF 028.439.968-05

JUCESP nº 3530046074-0 e 482.435/13-6, em 20/12/2013, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

